



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS UNIDADES INTEGRADAS PROPAZ EM BELÉM: uma
análise dos crimes violentos letais intencionais na 11ª AISP**

FLÁVIA RENATA RODRIGUES LEAL

Belém – Pará

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

FLÁVIA RENATA RODRIGUES LEAL

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS UNIDADES INTEGRADAS PROPAZ EM BELÉM: uma
análise dos crimes violentos letais intencionais na 11ª AISP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Clay Anderson Nunes Chagas, *Dr.*

Belém – Pará

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696c RODRIGUES LEAL, FLÁVIA RENATA
AS CONTRIBUIÇÕES DAS UNIDADES INTEGRADAS
PROPAZ EM BELÉM : Uma análise dos crimes violentos letais
intencionais na 11ª AISP / FLÁVIA RENATA RODRIGUES
LEAL. — 2020.
85 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Segurança Pública. 2. Espaço territorial. 3. Violência
letal. 4. Redução da letalidade. I. Título.

CDD 364



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS UNIDADES INTEGRADAS PROPAZ EM BELÉM: uma
análise dos crimes violentos letais intencionais na 11ª AISP**

Flávia Renata Rodrigues Leal

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 17 de Fevereiro de 2020.

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará/ PPGSP
Orientador

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará/ PPGSP
Avaliadora Interna

Prof. Dr. Andrea Bittencourt Pires Chaves
Universidade Federal do Pará/ PPGSP
Avaliador Interno

Profa. Dra. Sonia da Costa Passos
Instituto Ensino Superior de Segurança
Pública/IESP
Avaliadora externa

Belém – Pará

2020

Dedico aos meus pais, que com o pouco de estudo que tiveram, foram essenciais para que eu pudesse alcançar o mestrado. Aos meus filhos Diego e Tiago, amores da minha vida, por ser minha grande fonte de inspiração e força em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus onde encontro minha força, a ele toda honra e toda a glória.

Agradeço aos meus filhos, pela compreensão de minha ausência e por compartilhar comigo esse sonho.

Gratidão aos amigos Emmanuelle Pantoja Silva, Bruna Cabral Silva, Fábio Ricardo Valcácio dos Santos, Hélio Paixão de Moraes e Mário Luis Cardoso Oliveira, colegas de mestrado, por tantas vezes me resgatar do total desânimo e sem os quais eu jamais teria chegado ao fim dessa jornada.

Aos amigos que ali encontrei na Turma de 2018, “A melhor turma de todos os tempos”, gratidão a cada um por sua cota de brilho na História do PPGSP.

Aos professores do Programa de Pós Graduação de Segurança Pública da UFPA, os quais tive a incrível oportunidade de conviver e que com muita generosidade e excelência compartilharam saberes.

Ao meu orientador Professor Clay Anderson Chagas, pessoa muito dedicada ao programa e de imensa importância para a conclusão deste trabalho, receba, portanto, minha gratidão e todo meu reconhecimento.

A Universidade Federal do Pará, ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e toda sua equipe de ensino e de apoio.

RESUMO

LEAL, Flávia Renata. As contribuições das Unidades Integradas PROPAZ em Belém: uma análise dos crimes violentos letais intencionais na 11ª AISP. 2020. 85f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020.

A violência é um fenômeno presente no cotidiano na população dos grandes centros urbanos, principalmente nos bairros periféricos ocupados por pessoas socialmente vulneráveis, sendo os crimes violentos o principal expoente desse fenômeno. Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo analisar os índices e caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais, bem como de suas vítimas, ocorridos de 2011 a 2018, na 11ª Área de Segurança Pública de Belém, que abrange os bairros Tapanã, Pratinha e São Clemente no município de Belém, atendidos pela Unidade Integrada PROPAZ Tapanã. Quanto ao aspecto metodológico o estudo pode ser classificado como descritivo, quantitativo e aplicado. Para responder ao problema de pesquisa utilizou-se, como procedimento técnico, a revisão bibliográfica e a estatística descritiva. No desenvolvimento da pesquisa foram usados os dados estatísticos da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará, órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, que possui os números dos crimes ocorridos no período referido. Em um apanhado geral, o estudo apresenta as características dos crimes violentos na área e demonstra um elevado número de vítimas da violência letal presente nos bairros. Verificou-se, ainda, que os homens jovens são as maiores vítimas desses crimes, que tendem a ocorrer fora do horário comercial, geralmente com o uso de arma de fogo. As conclusões dessa pesquisa permitem afirmar que a unidade integrada trouxe um impacto pouco significativo na redução da letalidade violenta intencional, demonstrando que a implantação desse tipo de unidade integrada, dissociada de outras iniciativas, não implica na redução das taxas desses crimes.

Palavras-chave: Segurança Pública; Espaço territorial; Violência letal, Redução da letalidade.

ABSTRACT

LEAL, Flávia Renata. The contributions of the Integrated PROPAZ Units in Belém: an analysis of intentional lethal violent crimes in the 11th AISP. 2020. 85f. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Public Security), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2020.

Violence is a phenomenon present in everyday life in the population of large urban centers, especially in peripheral neighborhoods occupied by socially vulnerable people, with violent crimes being the main exponent of this phenomenon. In this sense, this dissertation aims to analyze the indices and characterize Intentional Lethal Violent Crimes, as well as their victims, which occurred from 2011 to 2018, in the 11th Public Security Area of Belém, which covers the Tapanã, Pratinha and São Clemente, neighborhoods in the municipality of Belém, served by the Integrated Unit PROPAZ Tapanã. Regarding the methodological aspect, the study can be classified as descriptive, quantitative and applied. To answer the research problem, bibliographic review and descriptive statistics were used as a technical procedure. In the development of the research was used the statistical data of the Secretariat of Intelligence and Criminal Analysis of the State of Pará, an organ of the State Secretariat of Public Security and Social Defense, which has the numbers of crimes that occurred in the referred period, were sought. In a general overview, the study presents the characteristics of violent crimes in the area and demonstrates a high number of victims of lethal violence present in this neighborhoods. It was also found that young men are the biggest victims of these crimes, which tend to occur outside business hours, usually with the use of firearms. The conclusions of this research allow us to affirm that the integrated unit had a minor impact in the reduction of intentional violent lethality crimes, demonstrating that the implantation of this type of integrated unit, dissociated from other initiatives, does not imply a reduction in the rates of these crimes.

Keywords: Public Security; Territorial space; Lethal violence, Reduction of lethality.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Figura 1 - Comparativo da variação nas taxas de homicídios, por UF, no Brasil nos últimos 10, 5 e 1 ano.....	04
Figura 2 - Mapa do município de Belém, por bairros abrangidos pela 11ª AISP, em 2017..	20
Figura 3 - Esquema da Dissertação por objetivo geral e específicos, PPGSP, 2020.	22

CAPÍTULO 2 – ARTIGO 1

Figure 1 - Evolution of the ILVC rate per 100 thousand inhabitants in the 11th IPSA, in Belém, and in the State of Pará, from 2011 to 2018.....	32
Figure 1 - Percentage of Homicide, Armed robbery, Death in confrontation with the Police, and Bodily injury followed by death, in the 11th AISP, from 2011 to 2018..	33

CAPÍTULO 2 – ARTIGO 2

Figura 1 - Percentual de Homicídios, Latrocínio, Morte em Confronto com a Polícia e Lesão Corporal seguida de Morte, na 11ª AISP, de 2011 a 2018..	42
Figura 2 - Percentual dos Crimes Violentos Letais Intencionais, na 11ª AISP, de 2011 a 2018, por instrumento utilizado no delito.....	42
Figura 3 - Quantitativo dos CVLI, na 11ª AISP, no período de 2011 a 2018, por mês.....	43
Figura 4 - Percentual dos CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por dia da Semana. .	43
Figura 5 - Quantitativo de CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por faixa de hora. .	44
Figura 6 - Percentual de CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por sexo da vítima....	44
Figura 7 - Percentual do CVLI na 11ª AISP de 2011 a 2018, por faixa etária da vítima (em anos)	45

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2 – ARTIGO 1

Table 1 - Population Quantity, ILVC, Rate and Variation of the ILVC per one hundred thousand inhabitants in the 11th IPSA (Tapanã, São Clemente and Pratinha), in the years 2011 to 2018	31
---	----

LISTA DE SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
EDC	Encaminhamentos das Demandas da Comunidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial da Saúde
POP	Policimento Orientado para o Problema
SEDUC	Secretaria de Educação do Pará
SEGUP	Secretaria de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
TERPAZ	Territórios pela Paz
UFPA	Universidade Federal do Pará
UIPP	Unidades Integradas Pro Paz
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	01
1.1 INTRODUÇÃO.....	01
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
1.3 PROBLEMA.....	11
1.4 OBJETIVOS....	13
1.4.1 Objetivo Geral	13
1.4.2 Objetivos Específicos	13
1.5 REVISÃO DA LITERATURA	14
1.6 METODOLOGIA.....	19
1.6.1 Natureza da Pesquisa	19
1.6.2 Fonte e <i>Locus</i> da Pesquisa	19
1.6.3 Análise dos Dados	21
1.7 SÍNTESE DA PESQUISA	22
CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS	23
2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1	23
2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 2	34
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA	47
3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
3.2 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA.....	48
3.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	49
3.4 PRODUTO FINAL.....	49
REFERÊNCIAS – CAPÍTULO 1.....	59
ANEXOS.....	62
ANEXO 1 – OFÍCIO SOLICITAÇÃO DADOS SIAC.....	63
ANEXO 2 – NORMAS DA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH	64
ANEXO 3 – NORMAS DA REVISTA ANÁLISE SOCIAL.....	69
ANEXO 4 – COMPROVANTE SUBMISSÃO ARTIGO CIENTÍFICO 1.....	72
ANEXO 5 – COMPROVANTE SUBMISSÃO E ACEITAÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA AO REPOSITÓRIO EDUCAPES	73

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

Historicamente a violência atinge todos os setores da sociedade, sendo um fenômeno multideterminado e, como tal, complexo. A mesma foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (OMS, 2002).

Para Beato Filho (1999), quando relacionada à criminalidade, a violência é um problema social que mobiliza a opinião pública, pois afeta toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. Além disso, suas consequências se refletem tanto no imaginário cotidiano das pessoas como nas cifras extraordinárias representadas pelos custos diretos da criminalidade violenta e seu combate. De acordo com Soares (2006) as explicações para a violência e o crime não são fáceis e, por isso, é necessário evitar a simplificação por meio da generalização, sendo interpretado que não existe, assim, o crime, no singular, mas sim uma diversidade imensa de práticas delituosas, associadas a dinâmicas sociais muito diferentes. Por este motivo, não faz sentido imaginar que seria possível identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade.

Nesse contexto, os crimes que atingem a vida, estão no centro do debate sobre violência e criminalidade, visto sua ligação com os demais crimes graves, bem como o poder que esse tipo de violência tem de causar perturbações no meio social, surgindo a necessidade de criação de metodologias de análise espacial e temporal da criminalidade violenta, visando construir indicadores sociais capazes de indicar o movimento e a tendência da violência e identificar, também, o resultado das ações do Estado aplicadas nas áreas mais afetadas. (PEIXOTO, 2004).

Por esse motivo, e visando criar um padrão para as estatísticas em todo país, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) criou o termo Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) que tem como fundamento agrupar crimes de maior relevância social, beneficiando uma análise sociológica e científica, e que vão além do homicídio doloso apenas. Essa afirmação é comprovada por meio do documento Metodologia de contagem de

Crimes Violentos Letais Intencionais, uma Comunicação Institucional orientada pela SENASP à Secretaria da Segurança e da Defesa Social de João Pessoa, de onde se extrai:

A sigla “CVLI” foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais. (PARAÍBA, 2013, p.01).

Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais. (PARAÍBA, 2013).

Desde então o CVLI, justamente por agregar os crimes de maior relevância social, se tornou um dos principais indicadores para se medir os níveis de violência de determinada área, sendo usado por diversas pesquisas pelo Brasil. No Brasil a violência urbana tem ocupado um espaço central no debate público e, longe de constituir um fenômeno isolado em algumas unidades federativas, ou restrito às periferias das grandes cidades, alastra-se epidermicamente de forma disforme e complexa por todos os Estados (COSTA, 1999).

Waiselfisz (2015) ao analisar a violência no Brasil nomeia como processo de **interiorização** o surgimento de novos polos de violência no interior dos estados tradicionalmente violentos, e **disseminação** ao deslocamento dos eixos da violência para estados e áreas tradicionalmente tranquilas ao longo de todo país. Esses processos podem ser observados analisando os números da violência no país, onde é possível visualizar estados e regiões não tradicionais em violência, apresentando taxas cada vez mais elevadas.

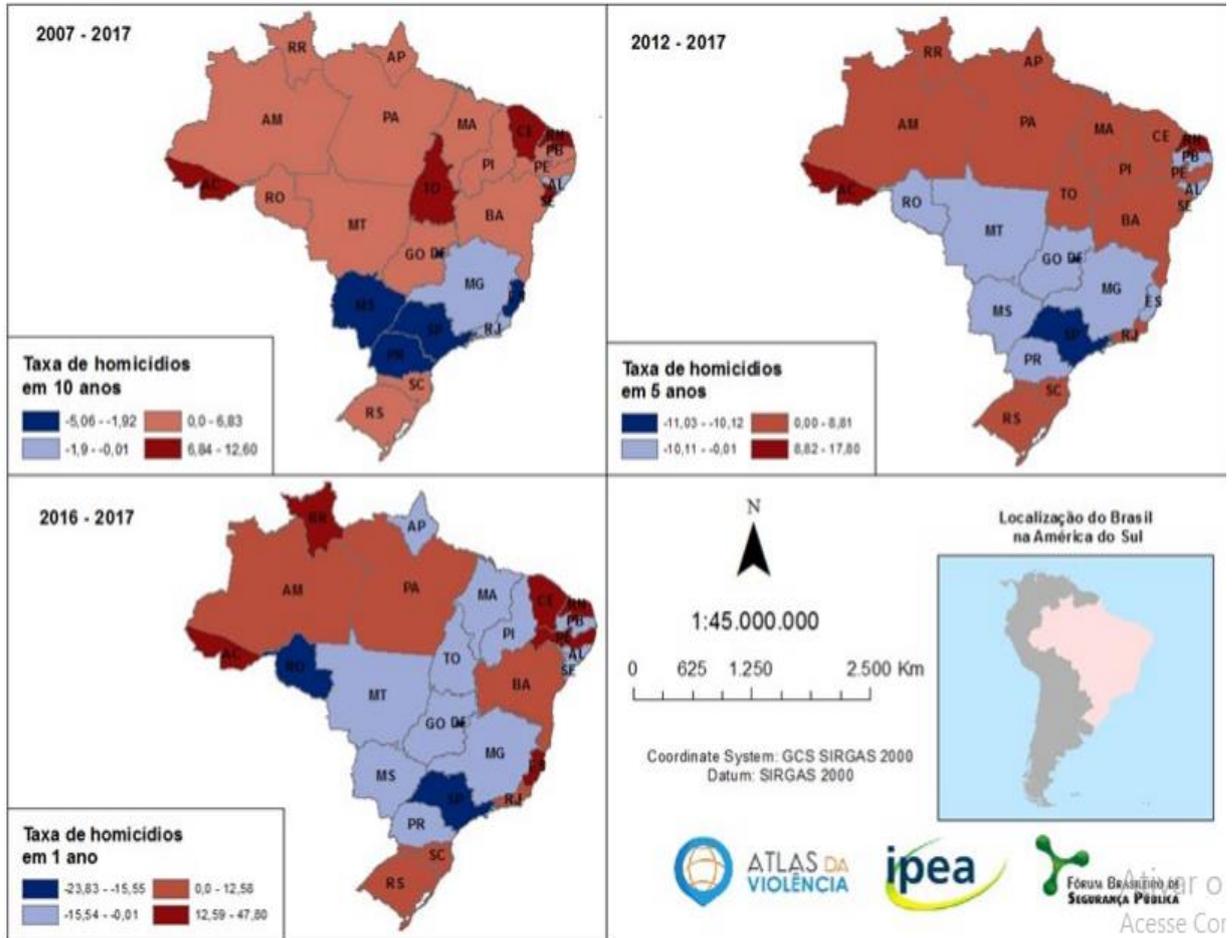
Nesse contexto, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2016, houve 62.517 homicídios no Brasil e no que diz respeito aos estados mais violentos, sob o prisma do homicídio, no mesmo ano, Sergipe (64,7), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4) e o Pará (50,8) obtiveram maiores índices, referentes à taxa por 100 mil habitantes. De acordo com o estudo, pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3). Esse índice crescente revela, além

da naturalização do fenômeno, a premência de ações compromissadas e efetivas por parte das autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal, voltados a estabelecer uma agenda da segurança pública, que envolva além dos órgãos públicos, toda a sociedade civil organizada (IPEA, 2018).

No ano posterior, em 2017, o número de homicídios foi de 65.602, com taxa de 31,6 por 100 mil habitantes, que de acordo com o documento corresponde ao maior número da história. Os estados que apresentaram maiores taxas por 100 mil habitantes foi Rio Grande do Norte (62,8), Acre (62,2), Ceará (60,2), Pernambuco (57,2), Sergipe (57,4) e, o Estado pesquisado, Pará (54,7), ressaltando o aumento nos índices de homicídio de um ano para o outro. No entanto, o documento destaca que no mesmo ano, 15 estados apresentaram diminuição nos índices, enquanto que 5 tiveram aumento inferior a 10% (IPEA, 2018).

A Figura 1 demonstra a variação das taxas de homicídio por Unidade Federativa (UF), nos últimos 10, 5 e 1 ano.

Figura 1 - Comparativo da variação nas taxas de homicídios, por UF, no Brasil nos últimos 10, 5 e 1 ano.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

Na Figura 1 observa-se que os estados do norte e nordeste, fazem parte, quase que constantemente no aumento da violência, estando o Pará, alvo pesquisado, com aumento nas suas taxas de 2006 a 2017. Tal fenômeno, o documento explica que pode se dar por sua natureza global (por sua vasta extensão territorial) e idiossincrática, que se relaciona aos acontecimentos ocorridos em cada unidade federativa (IPEA, 2018).

A ocupação espacial urbana quando ocorre sem nenhum planejamento e apenas quando vista pela possibilidade de fixar moradia próxima ao centro deveria ser preocupação imediata do Estado, pois como Chagas (2018) menciona a ocupação e transformação do espaço, da maneira como se dá favorece o nascimento de práticas criminosas e violentas, uma vez que apenas a mobilização da população sem que haja o apoio do Estado não alcançará o sucesso esperado e desejado.

É relevante compreender que a criminalidade e a violência são frutos da ocupação do espaço sem as características da urbanização, que deveriam existir. Segundo Pedrazzini (2006) tanto a criminalidade quanto a violência existentes no meio urbano não são fenômenos isolados, uma vez que a urbanização caótica traz consigo a segregação social para quem habita os territórios oriundos da transformação e dinâmica espacial.

O autor complementa que a violência urbana atingiu níveis elevados no Brasil a partir dos últimos anos do século XX, ela é vista como uma potente ameaça se não houver investimento em políticas públicas e retomada do poder pelo Estado em espaços nos quais lideranças paralelas ao aparelho estatal se mantêm presentes (PEDRAZZINI, 2006).

Silva e Chagas (2016) aludem que a segurança pública tem sido um grande desafio e sugere que políticas públicas devam ser implementadas como estratégia de ação planejada e constantemente submetida à avaliação por parte do Estado e da sociedade. Justificando que a segurança pública é uma problemática mundial e precisa de ações imediatas para frear seus impactos sobre a população, que se ressentem pelo quantitativo de crimes violentos letais intencionais que são cometidos anualmente.

Os espaços mais afetados pela violência, evidentemente, são aqueles submetidos a um modelo ocupação desordenada onde a preocupação com a urbanização não existia e quiçá tenha apresentado discreta urbanização, pois quem vive nesses territórios são vítimas socio-espaciais reais, pois se sentem inseguras, abalando o vínculo comunitário e com a sociedade (PEDRAZZINI, 2006).

Esse clima de violência social vivido nas últimas décadas no país colocou na pauta política o tema da segurança pública como uma prioridade, criando assim um terreno fértil para a idealização e implantação de novos modelos de políticas de segurança pública visando reduzir os índices de violência, dentre eles os números referentes ao CVLI.

Dentre esses modelos pode-se destacar a iniciativa do Rio de Janeiro, que desenvolve o projeto de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Conforme o Decreto Nº 45.186 de 17 de março de 2015, que regulamenta o programa, acentua-se como os principais objetivos a recuperação de territórios sob o controle de grupos ilegais armados, a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado e a diminuição da criminalidade violenta, sobretudo a letal. Este projeto foi implantado pela Secretaria de Estado de Segurança, no fim de 2008, elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e possui estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública (SOUZA, 2015).

De acordo com dados oficiais, o Estado do Rio de Janeiro possui 38 UPPs instaladas, sendo 37 delas localizadas na capital, em 196 comunidades que reúnem cerca de 700 mil habitantes. A polícia pacificadora conta com um efetivo atual de mais de 9 mil policiais militares trabalhando nessas áreas, além disso, os mesmos afirmam que, os efeitos proporcionados pelo programa extrapolam as comunidades pacificadas, se estendendo à suas áreas adjacentes, beneficiando direta e indiretamente uma população bem maior (ISP, 2015).

Segundo balanço feito pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a Política de Pacificação implementada no estado, a partir de 2008, apresentou relevantes resultados na diminuição da violência nas áreas beneficiadas pela UPP. A taxa de letalidade violenta no total das áreas ocupadas chegou a cair 80% entre 2007 (ano anterior à instalação da primeira UPP) e 2013 (ISP, 2015).

Além disso, a taxa de homicídio decorrente de oposição à intervenção policial teve redução de quase 90% no mesmo período. Em que pese às taxas, continua abaixo das observadas antes da implantação da Política de Pacificação, porém, nos dois últimos anos houve uma piora nesses indicadores relacionados à letalidade violenta (COELHO; PROVENZA, 2016).

Para Rocha e Carvalho (2018) a crise no projeto UPP começou a ser alardeada em 2016 com a saída do secretário de Segurança José Mariano Beltrame (que esteve à frente do

projeto desde o início), e culminou no anúncio de sua extinção parcial, no contexto da Intervenção Federal no estado em 2018, levantando sérias dúvidas sobre sua eficácia.

No que diz respeito ao Pará, houve a implantação das Unidades Integradas Pro Paz (UIPP), criadas sob a promessa de impactar positivamente na redução dos principais indicadores de criminalidade das áreas atendidas. As UIPP são unidades policiais construídas em um mesmo padrão, permitindo a integração dos serviços prestados por várias esferas públicas, Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros, com a Fundação PROPAZ, executando juntos um novo modelo de gestão de segurança pública, apresentado pelo Governo do Estado como principal programa voltado a reduzir os índices de criminalidade no Estado (PARÁ, 2018).

Além dos serviços de uma delegacia comum, como o registro de boletins de ocorrências, as UIPP foram projetadas para oferecerem, a mediação de conflitos, emissão de carteiras de identidade, espaço para reuniões com a comunidade, celas com sala de reconhecimento, alojamento para os servidores, atendimento social a crianças e adolescentes junto com o Conselho Tutelar, expedição de alvará de funcionamento a bares e restaurantes pela Polícia Administrativa, entre outros (PARÁ, 2018).

Nesse sentido, o PROPAZ, foi implantado no Pará em 2004, inicialmente como programa de governo, buscando alinhar e integrar as políticas para a infância e juventude, objetivando maior efetividade e otimização dos recursos públicos. No que diz respeito à segurança pública foram criadas as Unidades Integradas PROPAZ assim definidas pela Fundação PROPAZ:

A UIPP é um modelo inovador de fazer Segurança Pública e garantir direitos no Estado do Pará, pois promove a articulação entre o poder público estadual e a comunidade para a integração de ações públicas de proteção e inclusão social, com base na cultura da Paz e na filosofia de Polícia Comunitária, tanto o Estado quanto a população local devem ser protagonistas na resolução de conflitos que afetam a segurança pública, acentuam problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (PARÁ, 2013, p. 5).

Para Santana e Guimaraes (2019) este novo paradigma na gestão pública da segurança com viés comunitário e preventivo, em que se privilegiam a integração entre os órgãos policiais e a sua aproximação com a sociedade, ao lado da busca por uma composição amigável entre as partes conflitantes, caracteriza um sistema organizado de funções essenciais à vida social em franco desenvolvimento na Região Norte do nosso país.

No que concerne ao Pará, também baseado nos princípios de Polícia Comunitária está o funcionamento do projeto das UIPPs, objeto deste estudo. Vinculado à Casa Civil, o PROPAZ surgiu em 2004 na condição de programa de governo, estabelecido por meio do Decreto Nº. 1.046, de 04 de junho de 2004, tendo como base a difusão da Cultura de Paz. Sua criação pressupunha a articulação entre o programa e entes governamentais e não governamentais com a finalidade de fortalecer ações de políticas públicas para o setor na região (PARÁ, 2018).

De acordo com dados do PROPRAZ (PARÁ, 2018), o modelo UIPP supracitado foi posto em prática em 2011 com a inauguração da primeira unidade no estado do Pará, sediada no bairro Terra Firme, na cidade de Belém, posteriormente se expandindo para todo o Estado. Até o momento, não foram localizados dados compilados disponíveis sobre a UIPP's do Pará que apresentem onde estão em funcionamento, os serviços disponíveis e os dados estatísticos referentes à área afetada, e os motivos de sua instalação, tal qual foi explorado na Página Oficial da UPP no Rio de Janeiro.

Contudo, da análise dos dados esparsos e notícias contidas na página do PROPAZ, verificou-se que a partir da UIPP Terra Firme, houve a expansão das mesmas pela região metropolitana de Belém, com a instalação em bairros com elevados índices violentos como o Guamá e o Tapanã, ambos localizados em Belém - PA e o Distrito Industrial em Ananindeua, assim como em bairros não tão violentos como no Tenoné (Belém), adotando o mesmo padrão por todo o interior do Estado, até o ano de 2018, com a instalação em várias cidades que se apresentavam historicamente como violentos, bem como em lugares como a Vila de Alter do Chão em Santarém - PA, evidenciando assim a inexistência de uma política de expansão do programa baseada unicamente nos índices de violência (PARÁ, 2018).

Para Moreira *et al.* (2016), a violência existe quando em uma situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, para causar danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, moral, simbólicas ou culturais. Ressaltando a importância de uma política de segurança pública de expansão.

Concha-Eastman e Malo (2007) observam que aumentou a necessidade de abordar o fenômeno da violência e criminalidade por uma perspectiva mais ampla. Especialmente relacionada à sua prevenção, focando na reabilitação, cuidado e controle das vítimas e daqueles contumazes em perpetrar atos violentos, unindo esforços que possam combater este fenômeno ao adotar políticas públicas para mitigar a insegurança que assola as sociedades.

A UIPP foi apresentada como uma referência ousada para realizar segurança pública e assegurar direitos no estado do Pará, a partir da junção entre o aparelho estatal e a comunidade, em sintonia para a promoção de ações públicas que possuam o condão de proteger e estabelecer uma política de inclusão social para a população inserida em contexto de vulnerabilidade social (PARÁ, 2018).

Para Pereira e Silva (2016), essa interação envolve os atores sociais locais que protagonizam a solução de demandas que corroboram para fortalecer conflitos criminosos, que causam desajuste na qualidade de vida das pessoas da comunidade. Partindo da premissa de que a redução dos índices de violência não necessariamente passa por ações vinculadas ao emprego exclusivo da força policial ostensiva e da filosofia da segurança comunitária, as atividades das UIPPs decorrem da articulação do Poder Público Estadual e a Comunidade, em que ambos são tratados como protagonistas na resolução dos problemas relacionados à segurança pública.

Ademais, as UIPPs possuem papel fundamental para propiciar que o Estado desenvolva práticas de cidadania, que assegurem a realização de ações pertinentes aos direitos previstos a crianças, adolescentes e jovens. O objetivo principal das UIPPs é disponibilizar melhores oportunidades ante a trama da vida ao promover e criar mecanismos que gerem políticas públicas para fins que previnam o crime e oportunizem a formação e o acompanhamento do cidadão, para que não haja intervenção criminosa capaz de mudar uma perspectiva de vida ordeira (PARÁ, 2018).

Para Monteiro *et al.* (2016), portanto, a Unidade Integrada PROPAZ nasce não para oprimir, mas sim para permitir que o Estado devolva àquela comunidade os seus direitos constituídos que foram podados por décadas. Atuam, também, para que os serviços públicos possam atuar na comunidade sem ser considerada uma área de risco, proporcionando para as crianças, adolescentes e jovens novas oportunidades de vida, além da segurança para que o empresariado local se fortaleça dentro da comunidade e comece a gerar mais oportunidades de emprego e renda, principalmente às famílias social e economicamente vulneráveis e que atue juntamente com o poder público a responsabilidade social.

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante do contexto apresentado, a presente pesquisa justifica-se com a propositura do problema voltado à temática em discussão do crescimento do Crime Violento Letal Intencional que ocorre na área atendida pela unidade policial integrada, localizada na 11ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP), compreendendo aos bairros do Tapanã, São Clemente e Pratinha, no município de Belém, cujo período é de 2011 a 2018 (PARÁ, 2019).

Deste modo, se faz necessário uma análise dos efeitos diretos das UIPPs nos principais indicadores de violência, destacando o CVLI, na redução da criminalidade e como alternativa eficiente de substituição aos modelos tradicionais de prestação dos serviços de segurança pública de forma descentralizada. Assim, esta pesquisa possui dois tipos de relevância: a prática institucional e acadêmica.

No que diz respeito à prática institucional, o Programa PROPAZ Tapanã interage preventivamente em atividades de esporte, lazer e práticas educativas como forma de afastar crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade da criminalidade ameaçadora, contribuindo para a criação de oportunidades que formam o cidadão.

Isto remete à possibilidade do tema ser socialmente relevante à medida em que algumas práticas tradicionalistas abrem espaço para o compartilhamento de novas ações integradas, possíveis de contribuir para com a sociedade, sobretudo com crianças e adolescentes dificultando a aproximação destes com aliciadores integrantes de organizações criminosas.

Além da contribuição dos resultados originados por este estudo no sentido de indicar aspectos que possam ser trabalhados e aperfeiçoados na Política de Segurança Pública, visando o aperfeiçoamento do programa UIPP.

Considera-se, ainda, que esta pesquisa possui também, relevância acadêmica, pois pode contribuir para a problematização e discussão do tema na medida em que discute os impactos da implantação de uma política pública, sobre os índices de criminalidade. Ressalta-se, ainda, que os resultados podem somar na pesquisa e divulgação da temática existente nesta área de conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa de Moreira *et al.* (2016), investigou como a política de segurança pública de polícia comunitária, implantada em Belém do Pará, no bairro da Terra Firme, por meio de uma UIPP contribuiu para aumentar a sensação de segurança, sob a ótica dos moradores deste bairro, no período de 2009 a 2014. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento, com aplicação de 300 questionários, contendo oito questões fechadas, aos moradores com idades entre 30 e 59 anos, no período de março e abril de 2015. Como resultado, o autor observou-se mudança na sensação de segurança após a implantação da UIPP, e apontaram para a valorização da polícia comunitária.

Ainda na mesma temática, Moreira *et al.* (2016) realizou uma análise das propostas e práticas desenvolvidas pela UIPP da Terra Firme, a partir de relatos dos moradores do bairro, analisando a percepção dos mesmos sobre a diminuição das ocorrências de crime no local. Além disso, o autor realizou uma pesquisa quantitativa, que apresentou como resultados, referentes às estatísticas do período de 2011 a 2013, uma redução nos índices de violência na área pesquisada, entretanto os índices de redução constatados, de acordo com a pesquisa, foram pequenos em comparação a magnitude do problema apresentado.

Assim, compreende-se que são raras as pesquisas até agora divulgadas, que têm como objetivo estimar o impacto do projeto na criminalidade. Em suma, há ainda uma grande necessidade de estudos de avaliação do impacto das UIPPs para além da experiência inicial da terra firme.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir ao preenchimento desta lacuna. Do ponto de vista institucional e acadêmico, desenvolver um trabalho na perspectiva da UIPP é uma forma de incentivar novas pesquisas, que venham a contribuir na promoção de atualizações e ajustes no programa de Segurança Pública, por isso concebe-se a discussão do tema como significativa para a comunidade acadêmica.

1.3 PROBLEMA

Em 2011 foi inaugurada a primeira Unidade Integrada PROPAZ, no Pará, que passou a funcionar nas instalações da Seccional da Terra Firme, em Belém e, a partir dessa unidade, a

Secretaria de Segurança Pública, juntamente com o Governo do Estado do Pará inauguraram diversas UIPPs no interior do Estado (PARÁ, 2018).

Em 2013, o PROPAZ foi transformado em política de Estado, regulamentado pela Lei nº 7.773, sancionada em 23 de dezembro de 2013. Desde então, a gestão do PROPAZ passou a ser formada por um Comitê Gestor que reúne membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (IOEPA, 2013). Em 2015, o PROPAZ passou a ser Fundação, que criada pela Lei nº. 8.097, de 1 de janeiro de 2015 ganhou *status* de entidade da Administração Direta, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador (IOEPA, 2015).

Segundo o governo do Estado do Pará, a atuação da UIPP tem base nas seguintes estratégias: Setorização; Análise criminal; Policiamento Orientado para o Problema (POP); Encaminhamentos das Demandas da Comunidade (EDC) e Núcleo de Mediação de Conflitos. Participam como órgãos integrantes: Polícia Civil; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros Militar; Defensoria Pública do Estado do Pará; Núcleo de Mediação de Conflitos; Programa PROPAZ (Programa de inclusão digital; Área de esporte, lazer; Auditório; Secretaria de Educação do Pará (SEDUC), ambos atuando de forma integrada a partir de projetos de aproximação com a comunidade e com a implementação de políticas sociais) (PARÁ, 2013).

Por um lado, a diferença da UIPP para as delegacias, seccionais e *box's da* Polícia Militar que ainda existem seria que ela foi idealizada como um núcleo de interação com a comunidade e em seus espaços são desenvolvidas atividades de cunho educativo e sociocultural, que contribuem para afastar os moradores das práticas de criminalidade ao passo que os aproximam da polícia e da cidadania. Por outro, como qualquer política pública, o Projeto UIPP no Pará, até pelo grande número de unidades oficialmente inauguradas precisa investir em pesquisa e ser constantemente avaliado (PARÁ, 2011).

Para Beato Filho (1999), uma análise de políticas públicas em segurança envolveria necessariamente métodos analíticos de monitoramento e avaliação de sua performance. A formulação de problemas, alternativas, ações e resultados, a avaliação, monitoramento, recomendações e estruturações, envolvendo a utilização de modelos de custo/benefício, de efetividade, eficiência e de equidade seriam constantemente necessárias. Em função dessa alta visibilidade e interesse público, alguns especialistas e acadêmicos começaram a estudar as UIPP e suas relações com o território e com os índices de criminalidade.

Com efeito, pretende-se a partir da pesquisa responder o seguinte problema : Em que medida, a instalação da Unidade Integrada PROPAZ da 11º Área de Segurança Pública de Belém contribuiu para a redução dos índices de crimes violentos letais intencionais na área atendida?

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar os índices e caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais ocorridos de 2011 a 2018, na 11º Área de Segurança Pública de Belém, abrangida pelas Unidades Integradas PROPAZ.

1.4.2. Objetivos Específicos

(i) Analisar os índices dos Crimes Violentos Letais Intencionais de 2011 a 2018, ocorridos na 11º Área de Segurança Pública de Belém, abrangida pela Unidade Integrada PROPAZ Tapanã.

(ii) Caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais, bem como de suas vítimas, ocorridos de 2011 a 2018, na 11ª Área de Segurança Pública de Belém, inserida nas Unidade Integrada PROPAZ Tapanã.

(iii) Elaborar uma cartilha de orientação para comunidade da referida área sobre os principais serviços oferecidos pela UIPP Tapanã, a fim de contribuir com a política da polícia de proximação.

1.5. REVISÃO DA LITERATURA

O Crime Violento Letal Intencional é uma nomenclatura definida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para os crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). Assim, após a definição da abrangência dos CVLI, é pertinente que se tenha o entendimento acerca do território e sua correlação com a violência, por ser um fenômeno em franco crescimento na atual sociedade, que culmina com esses crimes devido à disputa pelo controle do território, tendo em vista que os grupos de poder paralelo disputam entre si o controle de diversas áreas destinadas a (re)produção das ações e controle.

Raffestin (1993) conceitua território como "um espaço no qual se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder". A assertiva do autor leva a inferir que o território é um misto de poder, controle, expansão espacial e produção espacial, pois todas essas ações têm variados padrões e variados comportamentos sociais, que resulta do espaço ocupado desordenadamente.

Esse entendimento evidencia que a violência e o crime são produzidos por quem exerce o poder desde a ocupação espacial, prosseguindo em todos os acontecimentos reservados à dinâmica do território, podendo esclarecer o fato dos CVLI na área da 11ª AISP, onde funcionam a UIPP Tapanã, os fatores obscuros que concorrem para a prática criminosa.

Embora relevante a conceituação de Raffestin (1993) acerca de território, para que estabeleça um entendimento em três perspectivas (jurídico-política; cultural e econômica), acolhe-se o conceito de território emitido por Haesbaert (2018) de que:

o território é um produto de apropriação feito a partir do imaginário e/ou ide 1) jurídico- política, quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal; 2) a cultural onde o território é visto como produto de apropriação feito através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) econômica, quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho. (HAESBAERT, 2018, p. 48)

O território na concepção de Haesbaert (2018) se constitui paulatinamente na cronologia, incorporando aspectos econômicos e culturais, cujos efeitos são determinantes para explicar os fenômenos da violência e criminalidade, que se complementam. O território

seria, nesse entendimento, o cenário onde são protagonizadas práticas fortalecedoras do crime.

O cerne do debate que permeia o conceito de território traz à luz a competitividade acirrada que há entre os agentes do poder paralelo para estabelecer o domínio e assim fortalecer a investida criminoso, produto da urbanização. A urbanização, neste contexto, é desprovida de qualquer planejamento e estrutura, o crescimento da população periférica se dá a partir da ocupação espacial. A criação do território resulta da modificação do espaço e está correlacionada ao poder, pois há um comando, um disciplinador que se impõe nesse sentido.

Chagas (2018) aduz que a violência no Brasil tem se evidenciado de maneira acentuada, fragilizando a vida de pessoas que se sentem cada vez mais amedrontadas com a existência dos fenômenos da violência e criminalidade. Para o autor o medo desses fenômenos ocorre devido a um elenco de situações que são decorrentes da dinâmica da urbanização em espaços que se tornam territorializados. Essa ocupação fragiliza as condições de vida nos centros urbanos, contrapondo-se aos tempos pretéritos nos quais os eventos criminosos e violentos eram tipicamente das Regiões Metropolitanas.

Em análise à explanação de Chagas (2018) é visível que o autor coaduna com a concepção de território comentada por Haesbaert (2018), ou seja, há uma lacuna de treze anos entre os estudos referidos, mas as motivações da violência e dos crimes se equivalem e podem elucidar os eventos classificados como CVLI, e que se encontram em franco crescimento nos bairros, sob a responsabilidade da 11ª AISP (Tapanã, Pratinha e São Clemente), mesmo com a chegada da UIPP Tapanã, em 2014, possibilitando responder o problema definido para esta pesquisa e alcançar o objetivo geral proposto.

As considerações emitidas pelos referidos autores tornam possíveis conceber o território, comparando-o como uma vitrine que expõe variantes sociais, entre elas: pobreza, desigualdade social, baixo nível ou inexistência de escolaridade e a predominância de valores morais e comportamentos desviantes estabelecidos pela sociedade dominante, intensificando o poder que insufla a violência e o crime.

Esses fatores impactam na fomentação da violência que se mostra pela ocorrência de crimes que tentam contra o cidadão também vítima os próprios agentes de segurança pública. Chagas (2018) ressalta que as áreas de invasão são vistas como favoráveis para o nascimento

das práticas criminosas e violentas, haja vista que nessas áreas a complexidade quanto ao controle se sustenta e tem expressividade por parte das organizações paralelas ao Estado.

A população, embora se empenhe não alcança sucesso quando se mobiliza na intenção de desacelerar as práticas ilícitas, tornando-se uma vez mais vítima de ilicitudes promovidas por integrantes de organizações criminosas, que têm como objetivo se empoderar do território.

Moreira *et al.* (2016) apresentou investigação para conhecer como a política de segurança pública de polícia implantada no bairro da Terra Firme, em Belém por meio de uma UIPP contribuiu para aumentar a sensação de segurança, considerando a ótica de 300 moradores desse bairro, sobre as ações governamentais que tratam das demandas das populações do bairro devido aos elevados índices de criminalidades que costumam a ocorrer no período de 2009 a 2014.

Os resultados obtidos apontaram que dos total de participantes 90% conheciam o trabalho da UIPP, 87,3% aprovaram a implantação, 89,3% haviam sido vítimas de violência ou conheciam quem havia sido vítima. E, 50,8% das pessoas que responderam o questionário assinalaram ter mudado seus hábitos ou abriram mão de atividades para se proteger da violência (MOREIRA *et al.*, 2016).

Em análise ao vazio de poder levantado por Raffestin (1993) é possível escrever que o poder é permanente em um território seja pela presença do Estado seja pela presença de agentes paralelos que estão apostos para fazer a vez do Estado quando este se deixa substituir por quem assume convenientemente o comando com o fito de colocar em prática e empreender seus atos ilícitos, ou seja, a prática criminosa, que se agrava à medida que o Estado deixa lacunas e não cumpre seu papel, permitindo que as organizações criminosas façam o que deveria ser feito por ele (o Estado).

Entende-se com referência em Raffestin (1993), que a omissão intensifica a violência e a criminalidade, dado o fácil acesso que os agenciadores do crime encontram para atuarem clandestinamente, aliciando pessoas em vulnerabilidade social, que vivenciam grandes calamidades, terrivelmente eficazes para a mudança de rota e associação ao crime.

Ainda de acordo com Moreira *et al.* (2016), os autores ressaltaram que anteriormente à pesquisa realizada, o percentual de moradores da Terra Firme que se sentiam seguros era de 26,3%, após a aplicação da pesquisa esse percentual subiu para 43,6%. O sentimento impresso

pelos moradores deste bairro permite evidenciar a valorização do trabalho realizado pela polícia comunitária ao longo dos anos, pois cria proximidade com o cidadão e vice-versa, estabelecendo o sentimento de confiança entre eles, gerando também mútua cooperação.

Assim, caracteriza-se a vida nos territórios periféricos administrados pelo crime, periférico, pois os que neles habitam estão sempre em situação de exclusão social. A maior parte do poder inclui organizações e pessoas que em posição contrária ao Estado, formam um agrupamento animado pela intolerância com as práticas ilegais, em um segundo momento. Elas (as organizações e pessoas) têm interesse em se fazer presente e estabelecer seu poder na dinâmica de transformação espacial, que culmina com a formação do território (HAESBAERT, 2018).

Acerca da questão referida no parágrafo anterior, Haesbaert (2018, p. 5) também alude que:

grande parte do poder, hoje envolve os que se contrapõem ou entram num conjunto muito complexo com a estrutura estatal, principalmente através dos circuitos ilegais como é o caso do narcotráfico. O poder não sendo tratado como objeto ou coisa que alguns grupos acabam detendo e outros não, num sentido absoluto e não apenas de dominação coercitiva, mas também ideologia e símbolos permite falar num amplo espectro de diferentes sujeitos e espaços modificado em território.

Pickering (2010) coloca com bastante propriedade que a população habitante das periferias das cidades brasileiras perdeu para as organizações criminosas incontáveis pessoas de diferentes gerações. As organizações referidas atuam no controle do território recrutando em favor do tráfico as pessoas em vulnerabilidade social, que posteriormente se veem aprisionadas e em conflito com os agentes do Estado.

Entende-se que a periferia é a eterna vítima territorial e talvez o produto direto da violência, da urbanização e da globalização. Mesmo se for adotado o ponto de vista genérico, é necessário contextualizar a periferia e sua eventual violência às relações identificáveis em nível local e a violência da globalização não sendo é um fenômeno incoerente, mas uma prática social tão importante como outra qualquer (MOREIRA *et al.*, 2016).

Ações preventivas possuem papéis relevantes a cumprir no enfrentamento à criminalidade e às práticas violentas encaminhadas por organizações que seguem em descompasso com a ordem e com a harmonia. Tais ações desestabilizam as práticas criminosas nos territórios que estão à mercê de nenhum planejamento por parte do Estado, ou

de um planejamento desprovido de qualidade, que não consegue deter as investidas criminosas e violentas que se avultam para lograr êxito com a conquista do poder.

Uma vez que para esses territórios o planejamento urbano formal que deveria ser executado pelo Estado, por meio de planejamento político-social não ocorre ou quando houve não supriu as necessidades territoriais e sócias da população ali inserida (PICKERING, 2010).

Nesse sentido, Souza (2008) garante que:

tal planejamento foi negligenciado, no Brasil, quase sempre, por diversas razões. E quase sempre foi, também, malfeito e/ou manipulado pelas elites com o objetivo de servir a propósitos segregacionistas ou especulativos. O que se pode dizer, portanto, é que o planejamento urbano promovido pelo Estado torna-se, nas condições da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, mais difícil, e que, acima de tudo, um planejamento genuinamente participativo torna-se, por assim dizer, muito mais difícil, por isso, o Estado não consegue realizar um bom planejamento ou se planeja, devido às interferências das elites não tem êxito (SOUZA, 2008, p. 94).

Souza (2008) afiança o acirrado exercício do poder em espaços territorializados no Brasil, entre a polícia (e eventualmente também as Forças Armadas), traficantes armados, grupos de extermínio (milícias paramilitares) e vigilantes privados, com todos, geralmente aspirando impor o exercício do seu poder tanto na força bruta quanto no consentimento. Outras funções são, aliás, também objeto de disputa. Às leis formais do Estado se superpõem, por traficantes de drogas ou grupos de extermínio, as normas por eles ditadas; aos tributos instituídos e arrecadados pelo Estado se acrescentam nesses mesmos espaços, os tributos cobrados por esses agentes tais como pedágio ou taxa de proteção.

Nesse contexto, prevalece o entendimento depreendido no bojo desta pesquisa, que se por um lado, o Estado tenta recuperar o poder perdido no âmbito do território ocupado; por outro, os agentes que atuam na ilicitude também buscam manter o poder adquirido ao ocupar a vez do Estado, tendo como máxima que não há vazão de poder, sempre haverá entrantes que se alimentam da ilicitude para exercer ao seu modo o poder no território e definir as diretrizes que determinaram a dinâmica que prevalecerá de acordo com os comandos que forem definidos pelas organizações que representam o crime.

1.6. METODOLOGIA

1.6.1. Natureza da Pesquisa

A presente pesquisa utilizou como metodologia técnicas quantitativas, com abordagem exploratória e descritiva, pois o pesquisador buscou maior aproximação com o objeto estudado, bem como alcançar os objetivos propostos, abrangendo o fenômeno envolvido (RAUPP; BEUREN, 2006). Gil (2007) ressalta que a pesquisa quantitativa utiliza como método a análise de dados estatísticos, a fim de quantificar opiniões ou informações.

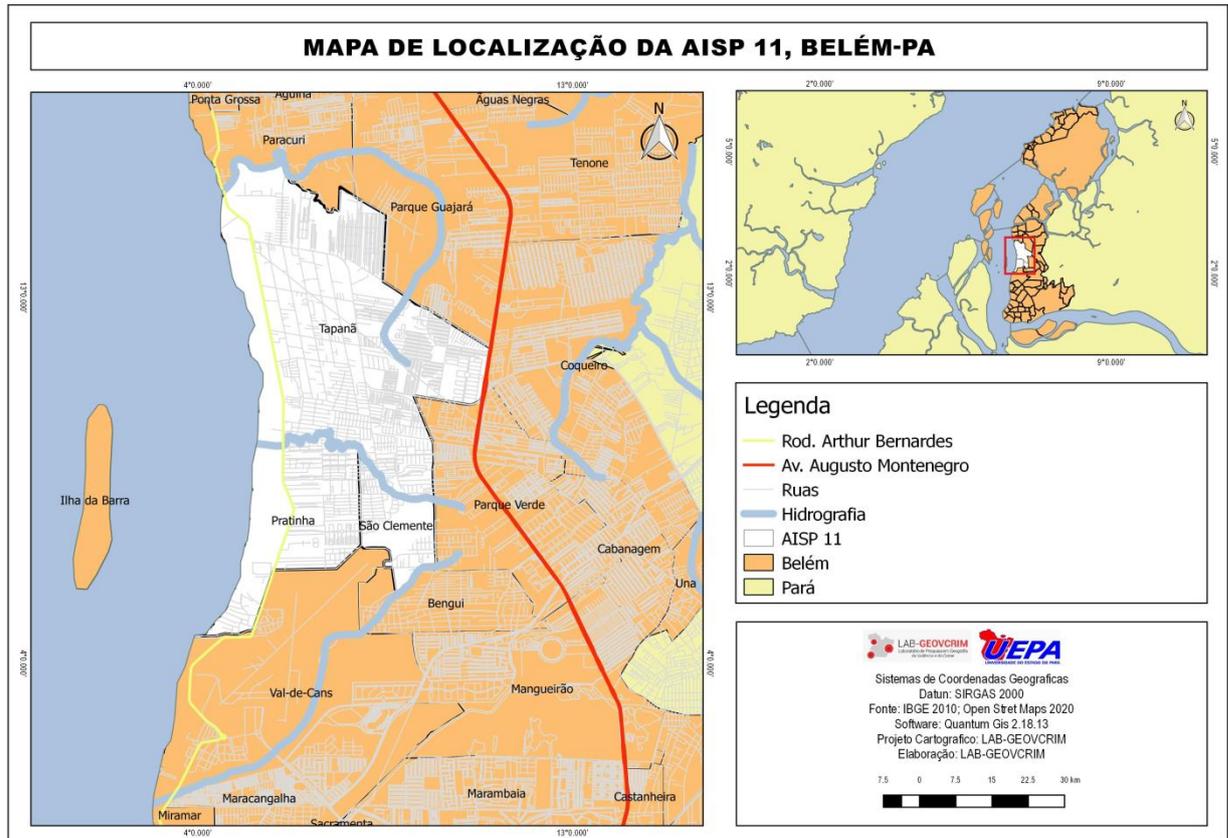
Quanto aos procedimentos técnicos foi utilizada uma pesquisa documental, que segundo Gil (2007), utiliza análise de materiais que não receberam nenhum tratamento analítico, havendo a possibilidade de reelaboração conforme demandar a pesquisa, por meio da exploração das fontes documentais.

1.6.2. Fonte e *Lócus* da Pesquisa

Como recorte espacial, estabeleceu-se a 11ª Área de Segurança Pública, área atendida pela UIPP, no período de dois anos anteriores a sua implantação, portanto desde o ano 2011 até o ano de 2018. A escolha dessa unidade se deu, em virtude de se tratar de área com índices criminais bastante elevados.

Os dados foram obtidos por meio de relatório emitido pela Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) e Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), ambos do Pará, contendo informações referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais (homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e as intervenções policiais) referentes ao período estabelecido, sendo que o *lócus* da pesquisa foi a 11ª AISP, composta pelos bairros Tapanã, São Clemente e Pratinha, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Mapa do município de Belém, por bairros abrangidos pela 11ª AISP, em 2017.



Em se tratando da área da 11^a AISP, esta é composta por um centro de desenvolvimento resultante da expansão do município de Belém, um exemplo típico de território; em seu entorno estão três logradouros públicos fundamentais no desenvolvimento do município são eles: a avenida Augusto Montenegro, rodovia Arthur Bernardes, a estrada de Tapanã e a estrada da Yamada. Ainda que cercado por essas avenidas, rodovias e estradas as pessoas que habitam o Tapanã, Pratinha ou São Clemente são obrigadas a conviver com a insegurança pública, uma condicionante ameaçadora à paz e à vida tão almejadas por elas (PARÁ, 2013).

A dinâmica do Tapanã, Pratinha e São Clemente se faz por pessoas pobres, muitas vivendo na linha da miséria e vulneráveis ao risco social demandado pelo poder estabelecido. Nesses bairros, o acontecimento de crime é grande, há logradouros públicos sem asfalto e sem iluminação, comprovando que o território é produtor colossal da violência. Ratificando a linha de entendimento sustentada por Raffestin (1993) para o qual inexistiu vazão de poder.

1.6.3. Análise dos Dados

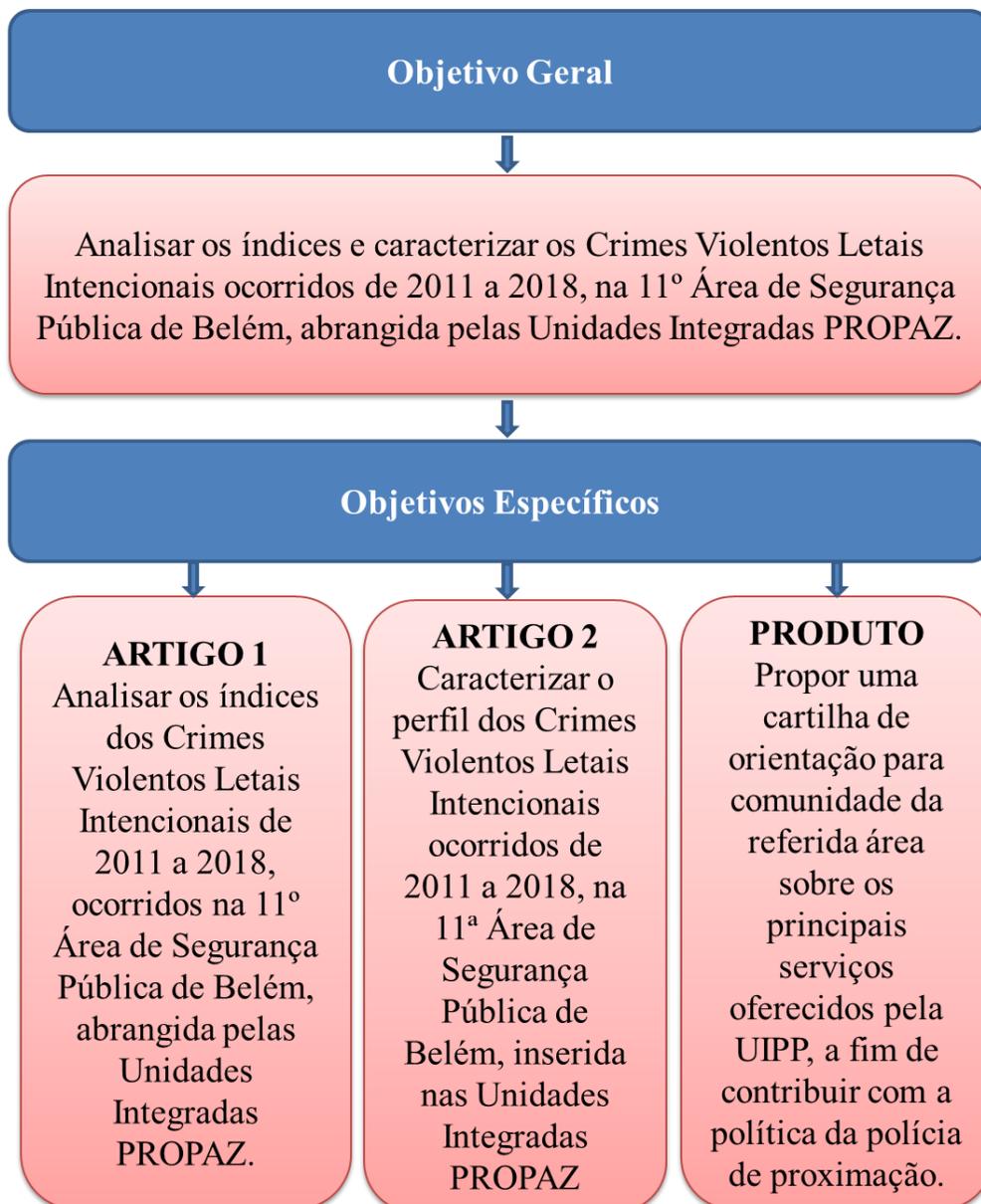
Para a análise dos dados foi utilizada estatística descritiva, com cálculo de percentuais, frequência e taxas, gerando assim, resultados por meio de gráficos e tabelas, utilizando o *software* Excel.

A estatística descritiva “compreende o manejo dos dados para resumir-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados” conforme definem por Freund e Simon (2000), ambos citados por Diehl *et al.* (2007).

As ações contidas na estatística descritiva colaboram na exposição dos fatos e na organização dos dados. É conceituada por Guedes *et al.* (2006) como uma forma objetiva de sintetizar valores da mesma essência, conduzindo a uma visão geral da variação dos valores, organizando e descrevendo dados a partir de tabelas, gráficos e medidas descritivas.

1.7. SÍNTESE DA PESQUISA

Figura 3 - Esquema da Dissertação, por objetivo geral e específicos, PPGSP, 2020.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2020.

CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1

ANALYSIS OF INTENTIONAL LETHAL VIOLENT CRIMES IN THE PPIU AREA OF TAPANÃ IN BELÉM-PARÁ-BRAZIL¹

Abstract: This work aims to analyze the rates of Intentional Lethal Violent Crimes from 2011 to 2018, in the 11th Integrated Public Security Area (IPSA) of Belém, covered by the PROPAZ Integrated Unit of Tapanã. Quantitative research was carried out, using descriptive statistics. The results points to a high number of lethal victims in the 11th IPSA, even after the implementation of the integrated unit. We concluded that the creation of the integrated unit had little impact on the reduction of intentional violent lethality in the studied area, demonstrating that the implementation of this type of program, as an isolated factor, does not imply a reduction in lethal violence.

Keywords: Public Security; Belém; Integrated Unit; Lethal violence.

INTRODUCTION

Violence in urban spaces is on the rise, as we see on a daily basis in local and national news. Violent events, sometimes simultaneous and observed daily in different spaces, where power is fiercely disputed, have generated in public security agents the need to be vigilant in order to face crime and stabilize public order (Carvalho, 1995).

Carvalho (1995) highlights several factors that contribute to the increase in violence. However, the transformation of space and the dispute for power are decisive for violence to establish solid roots. It is possible to infer from the author's point of view that violence is a fact in large cities, and that, in an attempt to reduce the growing rates, modern society has been studying the phenomenon, and governments have created projects with plans and strategies for coping with this problem.

In 2004, the *PROPAZ* project was implemented in the State of Pará, initially as a government program, seeking to align and integrate policies for children and youth, and aiming at greater effectiveness and optimization of public resources. With regard to Public Security, the PROPAZ Integrated Units (PPIU) were created and presented as an innovative model, capable of promoting the articulation between the state public power and the community for the integration of public actions of protection and social inclusion, based on

¹ Artigo submetido e aceito à revista International Journal of Development Research, ISSN 2230-9926, qualis Capes A2.

the culture of Peace and the philosophy of Community Police. In order to do so, the State and the local population should be seen as protagonists in the resolution of the conflicts that affect public security, accentuating problems related to crime and hindering the purpose of improving the quality of life of citizens (Pará, 2011).

This model was put into practice in 2011, with the inauguration of the first PPIU in the state of Pará, in the Terra Firme neighborhood, Belém, replacing the previous model of police units and other decentralized public services with the PPIU, with services being offered in an integrated manner, not limited to that area only. Several municipalities in the state and other areas of the capital participated in the PPIU project, such as the 11th IPSA, implemented in 2014 (Pará, 2013).

Therefore, after 6 years of the whole project's implementation, an analysis of its direct effects on the main indicators of violence is necessary to assess its effectiveness in reducing crime, and as an efficient alternative to replace traditional models with public security services provided in a decentralized manner (PROPAZ, 2013).

In this sense, the objective of the research was to analyze the rates of intentional lethal violent crimes in the 11th IPSA (Tapanã, Pratinha and São Clemente), Belém-PA, covered by the PROPAZ Integrated Unit (PPIU) of Tapanã, from 2011 to 2018, which has historically been a reference for high rates of violent lethality.

METHODOLOGY

The present work is configured as applied research, considering that, according to Gil (2010), it deals with an investigation of local and/or regional problems, which cannot be generalized. As for the approach, it was established in a quantitative way and the objectives are exploratory in nature, since the researcher seeks to approach the context (Perovano, 2014). With regard to technical procedures, it is considered a documentary research, which uses original documents that have not received analytical treatment (Godoy, 1995).

For this purpose, we sought to obtain statistical data from the Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis (SICA) of the State of Pará from 2011 to 2018, in order to verify the rates of Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC) before and after the implementation of the PPIU in this location. For the analysis of the data, we considered the occurrences of Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC), including homicide, armed robbery, bodily injury followed by death, and death resulting from police intervention, in the referred area and according to the established time frame.

In addition, the 2010 demographic census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (*IBGE*) was consulted to calculate the estimated population in each of the years studied (IBGE, 2010).

The data analysis was performed using descriptive statistics, calculation of percentages, and frequency of the ILVC. It also aimed to present the number, rate and variation of the occurrences of intentional lethal violent crimes per 100 thousand inhabitants in that area. For this purpose, the rate was calculated using the following formula:

$$\frac{ILVC_1 \times 100000}{P_{Est.1}}$$

where $ILVC_1$ is the total amount of Intentional Lethal Violent Crimes per year and $P_{Est.1}$ expresses the estimated population of the area in each year studied. The rate variation was also calculated in the period before (2011 to 2013) and after (2015 to 2018) the construction of the PPIU of Tapanã in the area of the 11th IPSA, and a comparative analysis was made with the occurrences of ILVC in the municipality of Belém and throughout the State of Pará, with the purpose of verifying whether the presence of the PPIU, through the integrated assistance of the civil and military police and firefighters, achieved one of its objectives, which is the reduction of crime, especially regarding intentional lethal violent crimes.

RESULTS E DISCUSSION

From the database provided by SICA, it was possible to analyze information such as the amount, rate per hundred thousand inhabitants that occurred in the 11th IPSA in the years 2011 to 2018, its variation from year to year, and the variation of this rate compared to that observed in 2014, year of inauguration of the PPIU (Table 1).

According to Table 1, when analyzing the dynamics of these crimes in the area of the 11th IPSA, which comprises Tapanã, São Clemente and Pratinha neighborhoods, the time frame totaled 611 occurrences in the three locations, from 2011 to 2018. It is worth noting that 2014 (year highlighted in Table 1) was the year when the PPIU was implemented in the 11th IPSA. However, it can be observed that in 2016 there were 110 occurrences, the highest number of victims of lethal violent crimes (ILVC) (Pará, 2019).

Also, in 2012 there was an increase of 9.67 in variation in the number of victims compared to 2011, while in 2013 there was an increase of 2.36 in the variation in relation to 2012. In 2014, there was an increase jump to 21.58, compared to 2013. In consecutive years,

there was an oscillation between rates. They remained, however, higher than those prior to 2014 (Pará, 2019).

With the increase in the rate of victims that occurred in 2013, compared to the previous two years, we observed the need for a greater intervention of the Public Security in the studied area, in order to reduce the high values. In view of this context of violence, the state started the construction of the PPIU of Tapanã, with the objective of reducing crime rates, as mentioned by the then Assistant Secretary of Public Security, Cláudio Lima, in the announcement of the beginning of the building construction, on the official page of the Secretariat of Public Security and Social Defense (*SEGUP*):

A project of this size, in an area considered to be at risk, such as Tapanã, will help to ensure the well-being of the population and to combat the crime in the neighborhood and neighboring areas more vigorously (Pará, 2011).

However, it is clear that, in 2015, after the implementation of the PPIU, the ILVC rate in the studied area had a slight decrease of 10.28, compared to 2014, to later grow in the following year, reaching a rate of 108.37 in 2016, with a drop to 84.86 in 2017, and a growth to 88.38 in 2018. The relationship between the rates of intentional lethal violent crimes that occurred in the 11th IPSA, an area covered by the PPIU of Tapanã, was compared to those in the Municipality of Belém and those in the State of Pará, between 2011 and 2017 (Figure 1).

Judging by Figure 1, in 2011 the ILVC rate per 100 thousand inhabitants in the 11th IPSA was of 48.91, 44.43 in the municipality of Belém and 41.01 in the State of Pará. In 2012, rates are reported to have risen in the three regions, with 58.58, 49.91 and 4.33 respectively, an aspect also observed in the following years, revealing an upward trend in the three studied zones (Pará, 2019).

However, it is noted that in the 11th IPSA, this upward trend is higher, presenting, successively, ILVC rates higher than the ones of Belém and the State as a whole, thus revealing the need for a differentiated intervention by the public security system in the studied area. Therefore, the implementation of the PPIU program, which took place in 2014, the year in which this trend continued, is justified.

Also according to Figure 1, after the following year of implementation there was a slight drop in the ILVC rate in the 11th IPSA, compared to the previous year. However, the area's tendency to present higher numbers than those observed in Belém and in the State remained. After the first year of implementation (2015), there was an increase in the area's

ILVC rate in 2016, surpassing all the years of the analyzed series, reaching 108.37, while in Belém the rate was 67.63, and in the State, 50.71.

According to Lima and Bueno (2017) the Brazilian capital that presented the highest ILVC rate in 2016 was Aracajú (capital of the State of Sergipe) with 66.7, a number much lower than that registered in the same year in the area of the 11th IPISA, according to the study.

In 2017, the ILVC rates of the 11th IPISA dropped to 84.86, value below that of 2016 and above that of 2014, the year in which PPIU was implemented, which was 82.52. Regarding the rates of the other areas studied, in Belém, for example, there was a slight drop to 68.44, and in Pará the rate rose to 54.48 in 2017 (Pará, 2019).

In this sense, we observe that there is a tendency for the 11th IPISA to present a higher ILVC rate than the municipality and the state in which it is inserted. In addition, due to the fact that their data are also included in the data of these areas, it can be said that the ILVC rate of the 11th IPISA has acted as a driving factor for the increase in the same rate in Belém and in the State.

The formation of the neighborhoods that make up the 11th IPISA has a pattern of territorial occupation that follows a logic of informality, spontaneous and disorderly occupations, defined by Freitas (2007) as a precarious appropriation of urban spaces, very present in Brazilian cities. These neighborhoods have long suffered from the results of the omission of public administration actions, bringing the local population closer to the various forms of violence. By analyzing the ILVC numbers, it appears that the installation of the PPIU of Tapanã in 2014 was not a sufficient measure to modify this dynamic established in that territory.

According to Chagas (2014), violence appears in cities as a result of the concentrated urbanization process, a phenomenon that represents significant importance in the dynamics of urban space, generating new territorialities. Therefore, accelerated urbanization has major impacts, such as the disorderly growth of violence. This phenomenon is observed mainly in areas with greater peripherization of the urban space, regions characterized mainly by latent poverty and social disorganization, as is the case of Tapanã, Pratinha and São Clemente neighborhoods (Chagas, 2014).

In this scenario, the link between the absence of state power and precariousness, vulnerability to crime and high rates of violent deaths is a manifestation of the violence perceived in the 11th IPISA. Corroborating this understanding, Chagas (2014) points out that the precariousness of neighborhoods in the city linked to a chronological absence of state

actions culminates in the establishment of relationships that have marked the space-time through violence.

According to Beato Filho (1999), the difficulties in understanding the causes of violence lie in the variation of crimes and their broad conceptualization. The range of events and phenomena under the concept of violence creates embarrassments for the formulation of public policies, as it would be necessary to identify risk factors that are different in each situation.

This is certainly a factor that hinders the identification of the causes of crime and the formulation of effective public policies to combat and prevent the social problems generated by violence. This issue is easily perceived in the area of the 11th IPSA, as it is evident the precariousness of the state's action, which, in most cases, uses as its main – if not the only – way to combat and/or control violence and crime the intensification of police actions (Pará, 2019).

The PPIU Project, despite having some social services to serve the community, demonstrates that there is fragility in the presence of the State with regard to actions such as urban planning and quality public policies and, therefore, under these conditions, other space-territorial agents tend to be present in these areas, such as those who promote violent crime (Raffestin, 1993).

For a better understanding of this tendency of growth of the ILVC rate in the 11th IPSA in a higher amount than in the other areas, it is necessary to study the four types of crimes that integrate the concept of ILVC in this same historical series. Thus, Figure 2 analyzes the dynamics of the crimes that make up the ILVC, separately, from 2011 to 2018 (Figure 2).

According to the percentage observed in Figure 2, death occurrence is mostly due to homicide, with 88.71% of cases, the second largest being armed robbery with 5.89%, followed by death in confrontation with the police, with 4.58% (Pará, 2019).

Analyzing Figure 2, we realize that the high homicide rate in the area has driven the growth of ILVC, since it corresponds to almost 90% of cases. This high homicide rate may be related to drug trafficking and the dispute for power in the territories that are under the influence of illicit businesses, which contribute to the spread of violence, and an increased sense of insecurity in the community within the area served by the PPIU, in which the forms of violence coexist.

FINAL CONSIDERATIONS

This study aimed to analyze the rates of Intentional Lethal Violent Crimes (ILVC) in the territorial service area of the PROPAZ Integrated Unit of Tapanã (PPIU – Tapanã), in the 11th Public Security Area of Belém (IPSA).

The results point to a high number of victims of lethal violence in the neighborhood, showing that the integrated unit, as proposed by the government, had a minor impact in reducing intentional violent lethality.

In view of this and in the analyzed time series, homicide proved to be the type of crime that makes up the majority of the ILVC rate, occurring with a greater incidence in the area of the 11th IPSA. Therefore, we may conclude that several circumstances present in the region studied corroborate this high number of deaths, such as drug trafficking and organized crime, conflicts motivated by the dispute over the territory, failures in poverty reduction, unemployment among young people, lack of infrastructure in the locality and social inequalities.

The ILVC (intentional homicide, bodily injury followed by death, death in confrontation with the police and armed robbery) are the result of a serious problem that gained strength with the process of spatial occupation that occurred without criteria, planning or preventive strategies. The space of the 11th IPSA was gradually occupied by people coming from the countryside of Pará and other states, seeking better living conditions for themselves and their families. Such space, even without infrastructure, was occupied, modified and expanded, giving rise to a new territory and the establishment of a new dynamic in a context of constant violence, boosting the growth of the ILVC rate.

This research did not intend to comprehensively address the issue of the impacts of the PPIU Project in the 11th IPSA, but to show that under the prism of reducing violent crime, it did not achieve the expected results. However, we hope that the discussion presented here will contribute to the understanding of the impacts of the project's implementation, helping to improve it, and to stimulate new research on the topic.

REFERENCES

- Beato Filho, C. (1999). Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo em Perspectiva, v. 13 (4), pp. 13-27.
- Carvalho, M.A.R. (1995). Cidade escassa e violência urbana. Rio de Janeiro, nº. 91: Série Estudo.

- Chagas, C. A. N. (2014). Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, v. 1 (1), pp. 186-203, 2014.
- Freitas, R.O. (2007). A Periferia da Periferia: mídias alternativas e cultura de minorias em ambientes não-metropolitanos. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10 (17), pp. 191-212.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE-revista de administração de empresas*, v. 35 (2), pp. 57-63.
- Ibge (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- Lima, R.S de; Bueno, S. (2017). *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo. Ano 11. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>Acesso em: 12 mar. 2019.
- Pará (Estado). (2011). Secretaria de Segurança Pública do Pará. Projeto de Implantação de Unidade PROPAZ (UIPP's). Governo do Estado do Pará.
- Pará (Estado). (2019). Secretaria de Segurança Pública do Pará. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. Governo do Estado do Pará.
- Pará (Estado). (2013). Unidade Integrada PROPAZ (UIPP): Modelo de integração polícia e comunidade para a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado do Pará. 7º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cuiabá/MT.
- Perovano, D. G. (2014). *Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social*. Curitiba: Juruá, pp. 155-169.
- Propaz. (2013). (UIPP): Modelo de integração polícia e comunidade para a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado do Pará. 7º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cuiabá/MT.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

LIST OF TABLES

Table 1 - Population Quantity, ILVC, Rate and Variation of the ILVC per one hundred thousand inhabitants in the 11th IPSA (Tapanã, São Clemente and Pratinha), in the years 2011 to 2018.....3

Table 2 - Population Quantity, ILVC, Rate and Variation of the ILVC per one hundred thousand inhabitants in the 11th IPSA (Tapanã, São Clemente and Pratinha), in the years 2011 to 2018

Year	Population of the 11th IPSA	ILVC	Rate ²	ILVC Variation Rate Per Year
2011	98.147	48	48.91	-
2012	99.004	58	58.58	9.67
2013	100.092	61	60.94	2.36
2014	100.578	83	82.52	21.58
2015	101.049	73	72.24	-10.28
2016	101.505	110	108.37	36.13
2017	102.523	87	84.86	-23.51
2018	102.969	91	88.38	3.52
Total	-	611	-	-

Source: Prepared from data obtained from the Demographic Census (IBGE, 2010) and information from the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis (Sept. 2019).

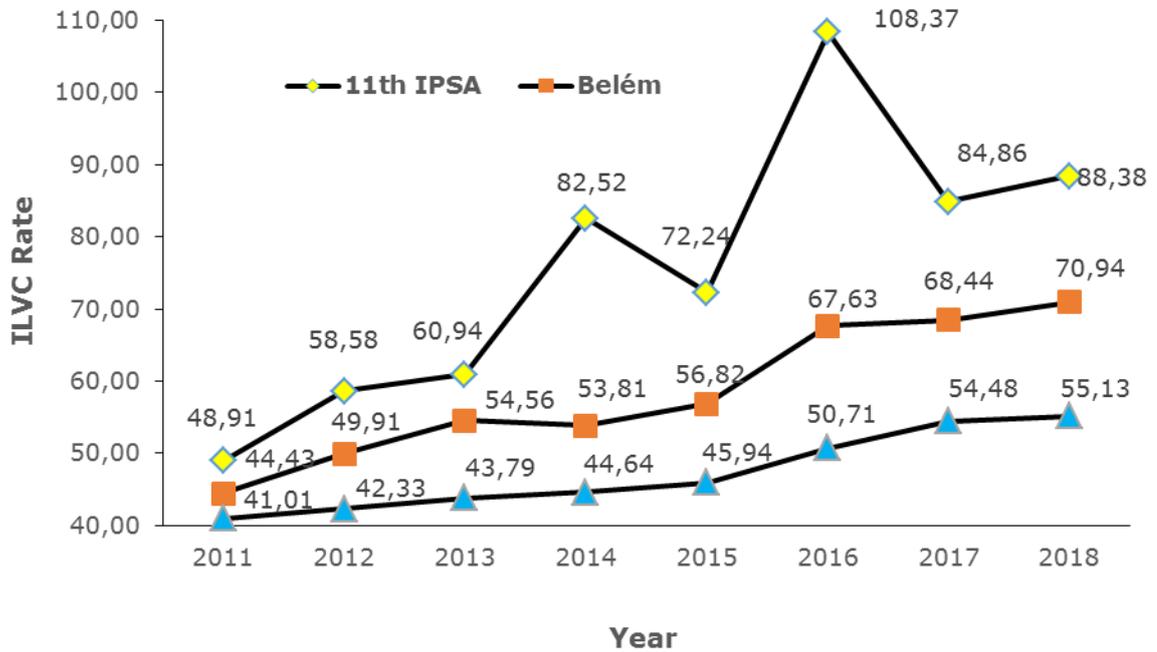
*(1) Intentional Lethal Violent Crimes - ILVC: the sum of the crimes of Homicide, Armed robbery, Bodily Injury followed by death, and Death in confrontation with the police;

(2) Rate per hundred thousand inhabitants;

LIST OF FIGURES

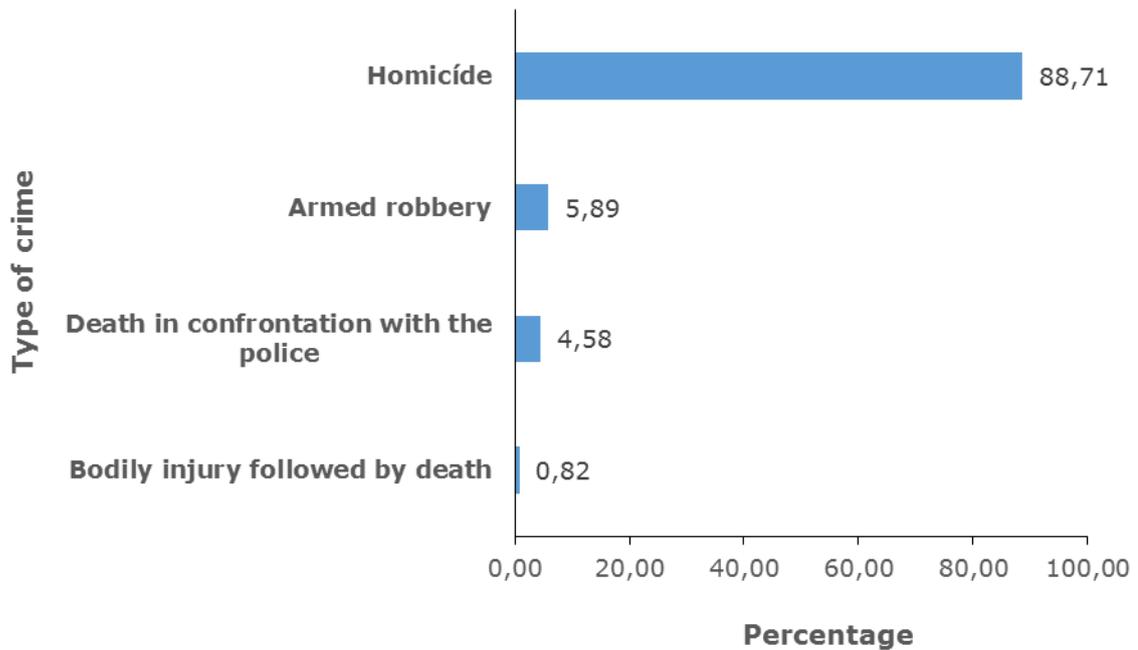
Figure 2 - Evolution of the ILVC rate per 100 thousand inhabitants in the 11th IPSA, in Belém, and in the State of Pará, from 2011 to 2018.....	4
Figure 3 - Percentage of Homicide, Armed robbery, Death in confrontation with the Police, and Bodily injury followed by death, in the 11th AISP, from 2011 to 2018	6

Figure 4 - Evolution of the ILVC rate per 100 thousand inhabitants, in the 11th IPSA, in Belém and in the State of Pará, from 2011 to 2018.



Source: Prepared by the authors based on information from the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis (Sept. 2019).

Figure 5 - Percentage of Homicide, Armed robbery, Death in confrontation with the Police and Bodily injury followed by death, in the 11th AISP, from 2011 to 2018.



Source: Prepared by the authors based on information from the Assistant Secretariat for Intelligence and Criminal Analysis (Sept. 2019).

2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 2

CARACTERIZAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NA ÁREA DA UIPP DO TAPANÃ EM BELÉM - PA²

Flávia Renata Rodrigues Leal

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e Delegada de Polícia Civil do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. E-mail: rleal_flavia@hotmail.com

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da Universidade Federal do Pará. Belém – Pará – Brasil. E-mail: claychagas@yahoo.com.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da Universidade Federal do Pará. Belém – Pará – Brasil. E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

Bruna Cabral Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e advogada. Imperatriz – Maranhão – Brasil. E-mail: brunacabral SILVA@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetiva caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais ocorridos de 2011 a 2018, na 11ª Área de Segurança Pública de Belém, atendida pela Unidade Integrada PROPAZ Tapanã. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, por meio da estatística descritiva. Os resultados evidenciam que o principal delito cometido na 11ª RISP é o homicídio com uso de arma de fogo, em sua maioria de homens jovens, praticados entre as 18 hr e 24hrs, aos finais de semana. Conclui-se que a prevenção, repressão e enfrentamento da violência letal na área prescindem da compreensão dos reais fatores e características sobre os crimes e vítimas.

Palavras-chave: Segurança Pública; Belém; Crimes; Violência letal.

Abstract

This study aims to characterize the Intentional Lethal Violent Crimes that occurred from 2011 to 2018, in the 11th Public Security Area of Belém, served by the Integrated Unit PROPAZ Tapanã. Was realized a Quantitative research was carried out using descriptive statistics. The results show that the main offense committed in the 11th RISP is homicide with the use of a firearm, victimizing mostly young males, that was practiced between 18 hr and 24 hrs, on weekends. It is concluded that the prevention, repression and confrontation of lethal violence in the area do need to understand the real factors and characteristics about the crimes and victims.

Keywords: Public Security; Belém; Crimes; Lethal violence.

2 Artigo formatado e submetido à revista Análise Social ISSN 0003-2573, qualis Capes A1.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno presente em todos os países e sua dimensão e seus impactos são de difícil mensuração. No Brasil, esse cenário de violência se apresenta de forma heterogênea, no que diz respeito a sua dimensão territorial, temporal e também no perfil socioeconômico das vítimas. Pelas informações disponíveis, o número de mortes tem evoluído de maneira bastante desigual nas unidades federativas e microrregiões do país, atingindo crescentemente os moradores de cidades menores no interior do país e no Nordeste, sendo as principais vítimas homens jovens e negros (Ipea, 2016).

Ao longo dos últimos 40 anos, os conceitos de violência passaram a comportar múltiplas interpretações e, por conseguinte, impuseram um desafio complementar àqueles que produzem dados sociais e, em especial aqueles que lidam com a criminalidade. O estudo desse fenômeno, com a identificação de suas causas e monitoramento das dinâmicas que ocasionam sua prática vem ganhando cada vez mais espaço nos debates do meio acadêmico e entre as instituições de Segurança Pública (Peixoto *et al.*, 2004).

Em se tratando da 11^a Área de Segurança Pública (AISP) de Belém do Pará, é possível verificar nesse contexto as multifaces da violência, uma vez que possui diversos fatores que agravam a escalada de violência na capital paraense. Nesse cenário, como nos demais territórios urbanos onde a criminalidade está concentrada, produzindo e reproduzindo conflitos, amplificados pela ausência e inoperância do Estado, observam-se fatores comuns como a baixa escolarização, serviços de saúde prestados insuficientemente, transporte precário, lazer quase insuficiente, segurança deficiente e baixa disposição de ocupações lícitas (Lira, 2014).

Os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), nomenclatura criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 2006, agrega as infrações penais praticados com o emprego da violência tendo como bem jurídico tutelado a vida. Compreendem os crimes de Homicídio doloso (Art.121 - quando há a intenção de matar alguém), Latrocínio (Art.127 - roubo seguido de morte), e a Lesão Corporal Seguida de Morte (Art.159) todos descritos no Código Penal brasileiro, além das intervenções policiais com resultado em morte (Brasil, 1940).

É neste contexto que o debate sobre a caracterização da criminalidade, principalmente a violenta, dá lugar aos debates públicos, pois na medida em que crime e violência manifestam-se como fenômenos correlacionados e ligados a um mesmo território, geram ônus para a população local e para os órgãos de segurança pública (Ipea, 2016).

Segundo dados do IPEA, reduzir os índices de violência apresenta-se como um desafio para a sociedade e para as organizações governamentais. O aumento da taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais nas áreas urbanas no Brasil evidenciou a necessidade das autoridades competentes adotarem medidas necessárias o sentido de desenvolverem projetos e planos de segurança pública, voltados para conter ou saturar a prática de tais delitos (Ipea, 2016).

Assim, no campo da segurança pública, mais precisamente no que diz respeito ao controle da criminalidade e da violência, o governo do Estado do Pará iniciou, em 2011, uma nova política de segurança, por meio da instalação do programa de Unidade Integrada PROPAZ (UIPP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, em parceria com a Fundação PROPAZ (Pará, 2011).

No âmbito desse programa, algumas antigas Delegacias de Polícia foram remodeladas e outras, criadas, de modo que os órgãos de segurança pública estão instalados no mesmo ambiente, garantindo a integração dos serviços policiais em uma política de polícia de aproximação. O programa de UIPP ainda contempla uma equipe multidisciplinar da Fundação PROPAZ, instalada na unidade policial, composta por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e outros profissionais (Propaz, 2013).

As UIPP foram instaladas como objetivo de reduzir a criminalidade violenta em diversas áreas críticas no Estado. Sob essas perspectivas, o presente estudo se desenvolve com o objetivo de caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais, bem como de suas vítimas, ocorridos de 2011 a 2018, na 11ª Área de Segurança Pública de Belém, inserida na Unidade Integrada PROPAZ Tapanã (Pará, 2013).

2. METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, pois foram investigados problemas envolvendo o contexto local/regional, não podendo, portanto, ser generalizado (Gil, 2010). Quanto à abordagem do problema, se deu de modo quantitativo e os objetivos são de natureza exploratória, pelo fato do pesquisador se aproximar do objeto estudado (Perovano, 2014). Os procedimentos técnicos configuram-se como pesquisa documental, pois foram utilizados documentos originais que não receberam tratamento analítico (Godoy, 1995).

Os dados utilizados foram registrados na Polícia Civil e consolidados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e análise Criminal (SIAC) do Estado do Pará no período de 2011 a 2018, a fim de verificar os índices de CVLI ocorridos na área da 11ª AISP (composta pelos

bairros Tapanã, Pratinha e São Clemente) atendida pela UIPP Tapanã, inaugurada em 2014 (Pará, 2019).

Para a análise dos dados utilizou-se estatística descritiva, com cálculo de percentuais em forma de gráficos e tabelas (Bussab & Morettin, 2013). Foram consideradas as ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais, os quais compreendem o homicídio, o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte e a morte decorrente de intervenção policial, na referida área, de acordo com o recorte temporal estabelecido.

As variáveis analisadas foram: tipos de crime, dia da semana, mês, faixa de hora, instrumento utilizado, além de sexo, idade e cor da vítima.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no banco de dados fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará, analisaram-se as informações relativas à quantidade de CVLI, ocorridos na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, bem como o perfil de suas vítimas.

Para melhor compreensão do fenômeno da letalidade violenta se faz necessário estudar na série histórica os quatro tipos de crimes que o integram. Dessa forma, na Figura 1 analisou-se a dinâmica dos crimes que compõem o CVLI, separadamente, no período de 2011 a 2018.

(FIGURA 1)

De acordo com o percentual observado na Figura 1, a morte em sua maioria é decorrente do homicídio, com 88,71% dos casos, o seguido de o latrocínio com 5,89%, e 5,40% de morte em confronto com a polícia e lesão corporal seguida de morte. Com base neste dado, compreender o CVLI na 11ª AISP perpassa por a dinâmica do crime de homicídio e seu crescimento constante (Pará, 2019).

Para Beato Filho (2012) o aumento dos índices de homicídio no Brasil está associado à urbanização desordenada. Nesse contexto, os crimes violentos seriam fenômenos urbanos fruto da desorganização dos grandes centros, onde os mecanismos de controle se deterioram.

Para Raffestin (1993) não existe vazio de poder, pois onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como ocorre com as lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e grupos criminosos. Pelo processo de periferização se produz novas territorialidades, entre elas a da violência e/ou das criminalidades.

A fim de caracterizar a criminalidade violenta registrada na 11ª AISP passou-se a analisar os dados referentes às variáveis do CVLI, quais sejam, meios empregados, mês do delito, dia da semana e faixa de hora. No que concerne aos meios empregados, a Figura 2, mostra como essa variável se comportou nos anos de 2011 a 2018.

(FIGURA 2)

Na da Figura 2, constata-se que em 83,78% dos registros foi utilizado arma de fogo, em 9,03% arma cortante ou perfurante, 3,68% outros meios e 3,51% foi registrado o uso de arma contundente e cortuperfurante, evidenciando o progressivo incremento das taxas de CVLI, e, conseqüentemente, de homicídio por arma de fogo (Pará, 2019).

Segundo Waiselfisz (2015), em 73,2% dos homicídios é empregada a arma de fogo, mostrando um comportamento semelhante do observado neste estudo. Para o autor, são vários os fatores que concorrem para a explicação de nossos elevados níveis de mortalidade por armas de fogo, se destacando como principais a facilidade de acesso a armas de fogo, a cultura da violência e os elevados níveis de impunidade vigentes, que atuam como estímulo para a resolução de conflitos pela via violenta, diante da escassa probabilidade de punição.

De acordo com o Atlas da Violência 2018, entre 1980 e 2016, 910 mil pessoas foram mortas por perfuração de armas de fogo no país. No começo da década de 1980, os homicídios com arma de fogo eram 40% do total e chegou a 71,1% em 2003, quando foi implantado o Estatuto do Desarmamento. A proporção se manteve estável até 2016 (Ipea, 2018).

O levantamento aponta, ainda, que os estados onde houve maior crescimento da violência letal são os mesmos onde cresceu a vitimização por arma de fogo, demonstrando que essas duas variáveis estão diretamente relacionadas, e que, políticas públicas que visem à redução de crimes violentos, deve, necessariamente, apontar mecanismo de controle das armas em circulação no território (Ipea, 2018).

Neste sentido, visando analisar os índices de CVLI na 11ª AISP no bairro do Tapanã em Belém, a Figura 3 apresenta as quantidades mensais dos CVLI, durante os anos de 2011 a 2018.

(FIGURA 3)

A partir da Figura 3, observa-se que os maiores índices de CVLI ocorreram nos meses posteriores ao segundo semestre, apresentando destaque para setembro, outubro e dezembro

(61, 65 e 55 ocorrências, respectivamente). Além de, o primeiro semestre apresentar, também, índices elevados, porém com máxima em 55 ocorrências em janeiro (Pará, 2019). Supõe-se que esse comportamento sazonal esteja relacionado à maior presença de pessoas na cidade durante esses meses, em virtude do Círio de Nazaré e festas de fim de ano, onde normalmente é constatado um aumento geral nos índices criminais, e outras motivações.

A fim de refinar os resultados, analisou-se, também na Figura 4, a quantidade de CVLI, por dia da semana na 11^a AISP (Figura 4).

(FIGURA 4)

Em análise a Figura 4, depreende-se que, durante o recorte temporal selecionado, os dias que apresentam maiores ocorrências são na sexta-feira (15,22%), sábado (16,37%) e no domingo (19,80%). No entanto, nos demais dias há a ocorrência dos crimes, sendo que, apresentam leve queda, como na terça-feira (14,57%), porém o dia da semana com menor ocorrência é na quarta-feira (8,67%) (Pará, 2019).

A respeito dos possíveis fatores que podem explicar a concentração desses tipos de crimes os finais de semana, conforme observado na Figura 4, Santos (2012) a respeito da violência urbana, observa que essa tendência está relacionada ao fato das pessoas ficarem mais expostas por permanecerem mais tempo fora de casa praticando outras atividades, como as de lazer, e por este motivo ficam mais expostas.

Quanto ao horário dos crimes, na Figura 5 estão dispostas as ocorrências em que houve maiores incidências de CVLI.

(FIGURA 5)

A partir da Figura 5, compreende-se que nos pontos destacados em vermelho as maiores ocorrências dos delitos são mais intensas, sendo das 18hrs às 24hrs, ou seja, no período noturno, com até 107 registros das 20 às 22hrs. Enquanto que os menores índices são de 21 ocorrências nos horários de 4 as 6 e de 8 às 10 horas da manhã (Pará, 2019).

A tendência de concentração de ocorrência desses crimes no período noturno, de acordo com Santos (2012) está relacionada a fatores como redução do policiamento neste horário, a presença de poucas pessoas acordadas, e ainda o fator visibilidade que é afetado pela noite, o que facilita a ocorrência e fuga de indivíduos que praticam tais ações.

A figura 6 destaca o percentual das vítimas de CVLI, por sexo, registrados na 11ª AISP.

(FIGURA 6)

A partir da Figura 6, infere-se que as vítimas são em sua maioria homens. O percentual de vítimas do sexo masculino dos CVLI na 11ª AISP ultrapassa a marca de 94,02%, contra 6% de vítimas mulheres (Pará, 2019).

Para Beato Filho (2012, p.152), “as chances de morrer vítima de homicídio, quando se é um homem jovem habitante da periferia chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média”, fato que, pelos dados apresentados no presente estudo, é uma realidade atual na 11ª AISP.

Percebe-se, então, que cada vez mais os jovens estão inseridos nas estatísticas de violência. Por isso, buscou-se, também, caracterizar a vítima por faixa etária, como mostra a Figura 7.

(FIGURA 7)

A partir dos dados analisados na Figura 7, infere-se que as vítimas possuem, na maior parte, 18 a 24 anos (39,79%), seguido das que possuem 35 a 64 anos ou mais (22,44%), enquanto que de 25 a 34 anos, o percentual se eleva para 29,74%. Observa-se que o menor índice ocorre em menores de 17 anos, representando 8,03% das ocorrências. A Figura 7 mostra que 66,25% das vítimas possuem de 12 a 29 anos, revelando que a maioria está entre a população jovem (Pará, 2019).

Quanto aos bairros onde se observam as maiores taxas de homicídios ocorridos em Belém, Chagas *et al.* (2014) ressalta que a população mais atingida é a de jovens com idade entre 16 a 24 anos, seguindo um padrão nacional, coincidentes com os achados no presente estudo.

A estruturação interna da violência no Brasil, de acordo com Waiselfisz (2014) ocorre mediante a “seletividade social dos que vão ser assassinados”. Por esse prisma, deve-se considerar o processo histórico de construção do Brasil, com a reprodução, de uma sociedade excludente, na qual os indivíduos socialmente e economicamente mais vulneráveis possuem uma maior propensão de serem atraídos, ainda jovens, pelo ilusório mundo do crime,

tornando-se, conseqüentemente, os principais suspeitos e alvos dos homicídios nos espaços urbanos reprodutores da desigualdade, pela ausência ou ineficiência do Estado.

Neste sentido, Gomes e Silva (2017) asseveram que há um perfil coincidente entre vítimas e autores da violência homicida, sendo assim, os jovens são potencialmente vítima e autores. Para o autor nas periferias pobres ocorrem encontros violentos que são propiciados em uma espacialidade em que se conectam os elementos multi-escalares das necropolíticas.

Nesse contexto, a violência homicida se dá em uma dinâmica histórico-espacial complexa, tensionada por conflitos gerados por desavenças, ameaças, dívidas materiais e morais, acordos desfeitos e práticas que, pela falta de mecanismos apropriados de resolução de conflitos por parte do Estado, precária cidadania, acaba em desfechos solucionados de forma individual (Gomes e Silva, 2017).

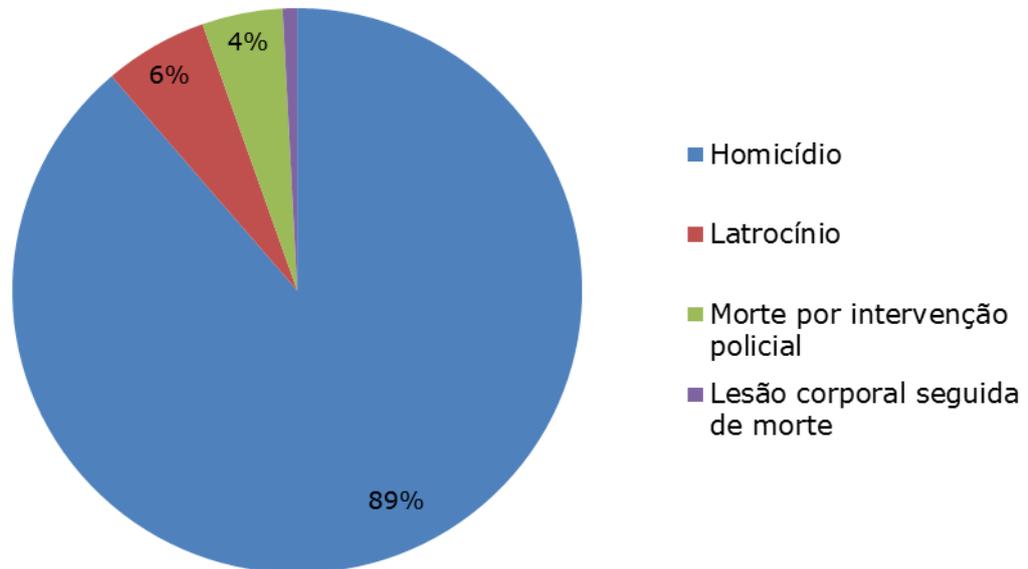
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo caracterizar os Crimes Violentos Letais Intencionais, e apresentar o perfil das suas vítimas no espaço territorial de atendimento da Unidade Integrada PROPAZ Tapanã, a 11ª Área de Segurança Pública de Belém, tendo uma abordagem quantitativa, focalizada na análise estatística descritiva.

Os resultados apontam para um elevado número de vítimas da violência letal presente nos bairros, atendidos pela UIPP Tapanã. Diante desse cenário, o homicídio mostrou-se, nas séries temporais analisadas, como uma modalidade de crime que compõe do CVLI com a maior incidência na área da 11ª AISP. Observa-se ainda, os homens jovens são as maiores vítimas dos CVLI, que tende a ocorrer das 18 às 24hrs, aos finais de semana, geralmente com o uso de arma de fogo.

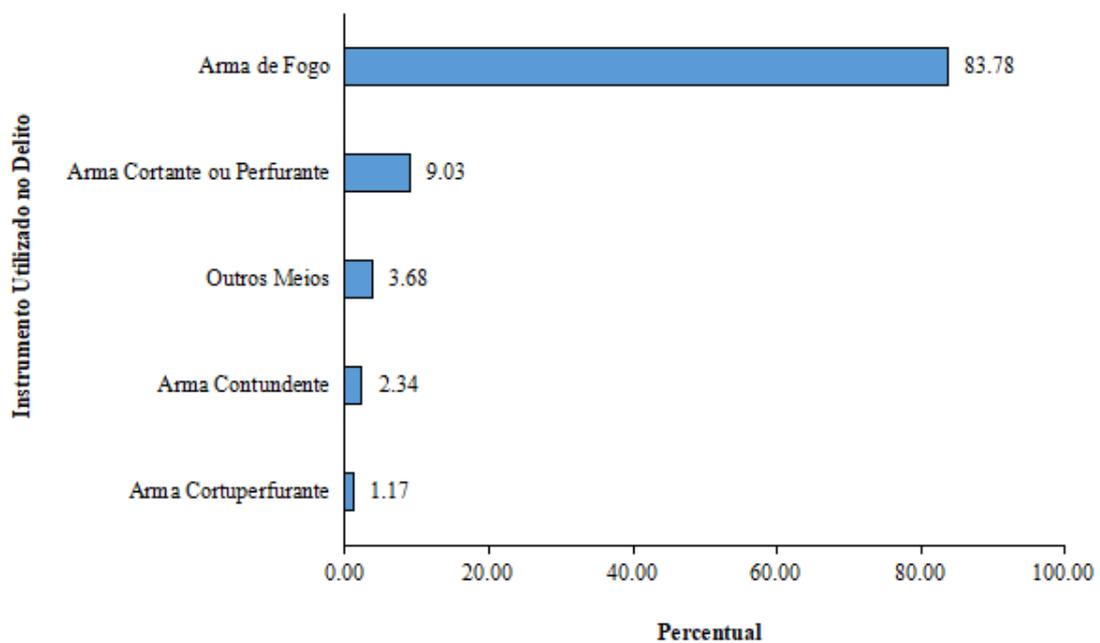
LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de Homicídios, Latrocínio, Morte em Confronto com a Polícia e Lesão Corporal seguida de Morte, na 11^a AISP, de 2011 a 2018.



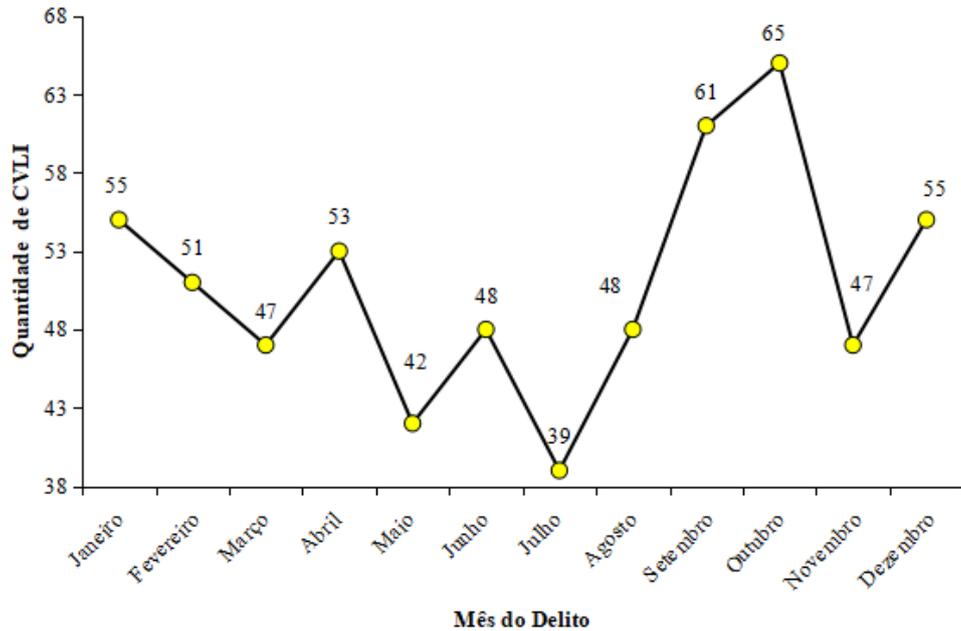
Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Figura 2 - Percentual dos Crimes Violentos Letais Intencionais, na 11^a AISP, de 2011 a 2018, por instrumento utilizado no delito.



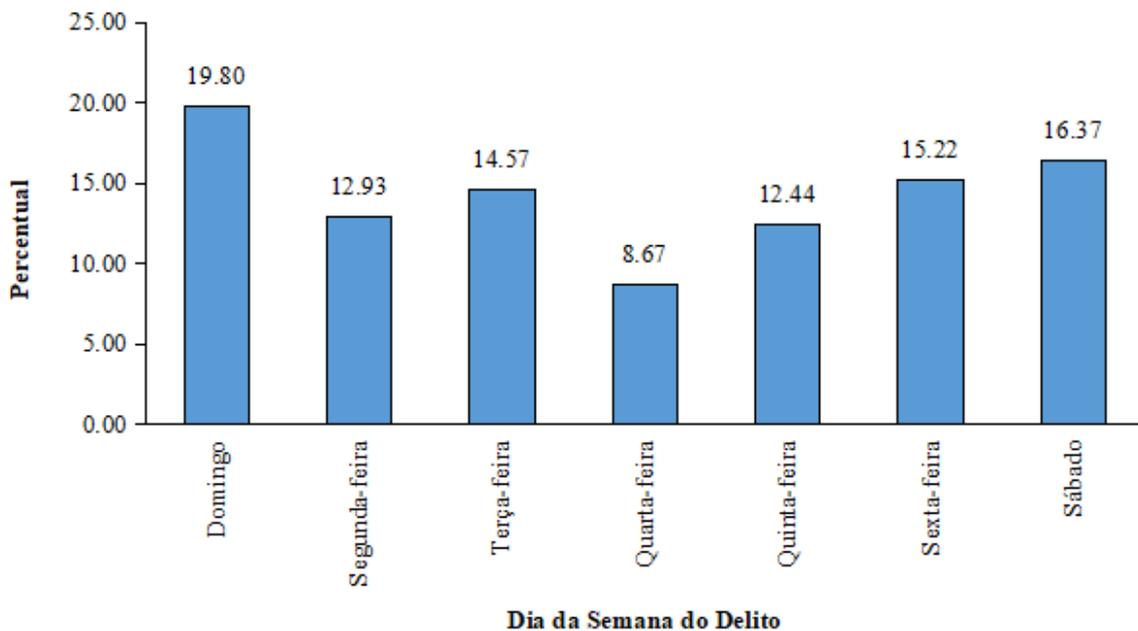
Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Figura 3 - Quantitativo dos CVLI, na 11ª AISP, no período de 2011 a 2018, por mês.



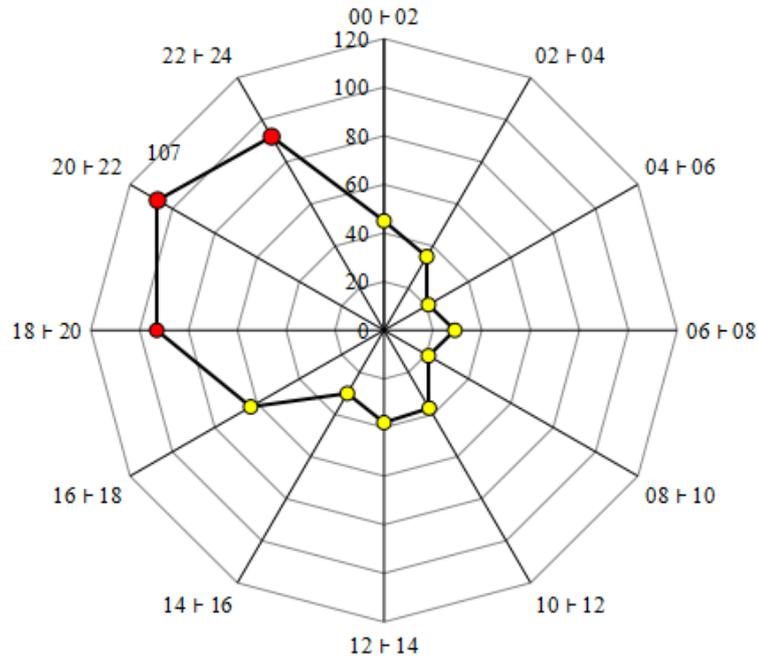
Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Figura 4 - Percentual dos CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por dia da Semana.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

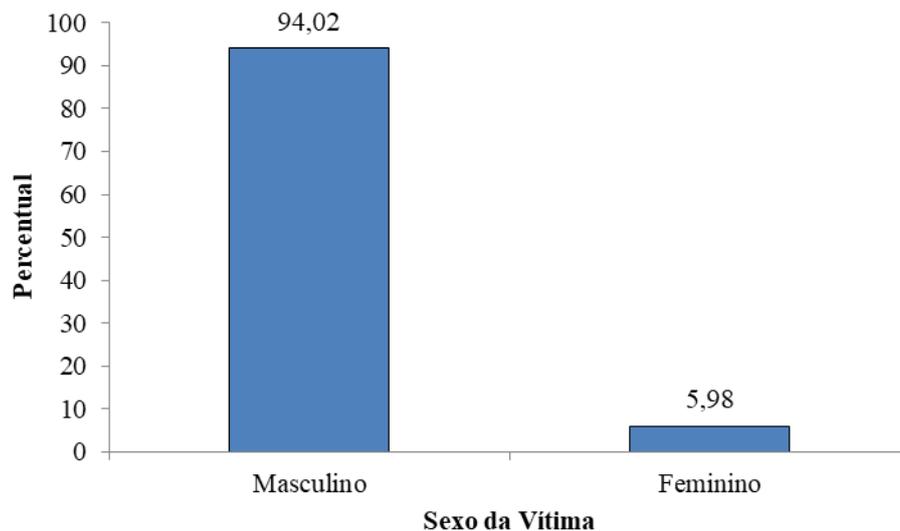
Figura 5 - Quantitativo de CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por faixa de hora.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

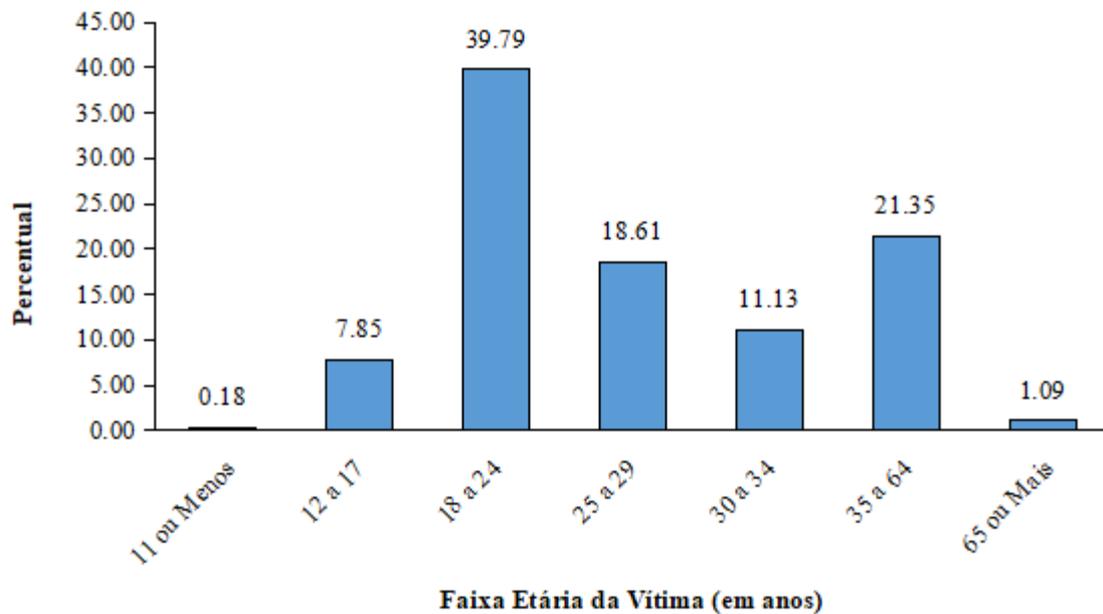
Legenda: Amarelo: horários com menor ocorrência.
Vermelho: horários com maior ocorrência.

Figura 6 - Percentual de CVLI na 11ª AISP nos anos de 2011 a 2018, por sexo da vítima.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

Figura 7 - Percentual do CVLI na 11ª AISP de 2011 a 2018, por faixa etária da vítima (em anos).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das informações da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (Set. 2019).

REFERÊNCIAS

Beato Filho, C. (1999), Políticas públicas de segurança e a questão policial. São Paulo em Perspectiva, v. 13(4), pp. 13-27.

Brasil. Código Penal Brasileiro (CPB) - Decreto Lei nº 2.848 de 07/12/1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Bussab, W. O.; Morettin, P. A. (2013). Estatística básica. São Paulo: Saraiva.

Chagas, C. A. N. *et al.* (2014). Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos. VII, 2014. Espírito Santo: AGB.

Gil, A. C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE-revista de administração de empresas, v. 35 (2), pp. 57-63.

Gomes, F. B.; Silva, J. M. (2017). Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21 (3), pp. 703-717.

Ipea (2016), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Atlas da Violência 2016. IPEA. Brasília/DF. 2016. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Ipea (2018), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2018. IPEA. Brasília/DF. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Lira, P. S. (2014). Geografia do Crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Editora Oficina LTDA. Vitória, ES.

Pará (Estado). (2019). Secretaria de Segurança Pública do Pará. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. Governo do Estado do Pará.

Pará (Estado). (2013). Unidade Integrada PROPAZ (UIPP): Modelo de integração polícia e comunidade para a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado do Pará. 7º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cuiabá/MT.

Pará (Estado). (2011). Secretaria de Segurança Pública do Pará. Projeto de Implantação de Unidade PROPAZ (UIPP's). Governo do Estado do Pará.

Peixoto, B. T.; Lima, R. S.; Durante, M. O. (2004). Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v.18 (1), pp. 13-21.

Perovano, D. G. (2014). Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social. Curitiba: Juruá, pp. 155-169.

Propaz. (2013). (UIPP): Modelo de integração polícia e comunidade para a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado do Pará. 7º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cuiabá/MT.

Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.

Santos, M. A. F. (2012). Criminalidade Violenta e Contradições Socioespaciais na Cidade de Uberlândia- MG. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia (MG).

Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. Distrito Federal: FLACSO.

Waiselfisz, J. J. (2014). Os jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014. São Paulo: Juventude Viva/Secretaria Nacional de Juventude.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os índices e o perfil dos Crimes Violentos Letais Intencionais ocorridos de 2011 a 2018, na 11ª Área de Segurança Pública de Belém, abrangida pelas Unidades Integradas PROPAZ.

Compreende-se que partir do território constituído com o processo de ocupação espacial, pessoas de hábitos e condições socioculturais distintas, mas ao mesmo tempo com características em comum (escolaridade baixa e deficiente, sem emprego, renda e qualificação) passaram a vivenciar a saga da cidade grande e a enfrentarem a dificuldade de não serem absorvidas pelo mercado de trabalho, que exige qualificação.

A falta de qualificação e a inexistência de poder, por parte do Estado, criaram condições para que as organizações criminosas iniciassem a disputa pelo poder entre si, aliciando as pessoas que vivem na linha da pobreza. Uma vez que, admitidas pelos agentes do crime, as mesmas se envolvem com as drogas, que além de promover desordens orgânicas e psíquicas se intensificam na parte de crimes CVLI, mesmo que com participação direta dos agentes como executores ou mandantes do crime. Em particular, esses fatores iniciam um ciclo de violência, no qual dificulta a saída dos infratores da vida criminosa, bem como o aumento nos índices de criminalidade da região, cidade e estado. Além de, dificultar as ações da polícia nas medidas de enfrentamento da criminalidade.

Sendo assim, tais condições favorecem um Estado enfraquecido de sua autonomia para intervir, assumir o poder e controlar essas práticas no território, utilizando, assim, o único recurso imediato e disponível do qual pode se valer, ou seja, a atuação da polícia civil e polícia militar. As quais não se configuram como as medidas corretas, mas sim as ações preventivas promovidas pelo Estado, que deveriam ser inseridas nos territórios, localizados no meio urbano.

Considera-se, portanto, levando em conta os dados analisados, que a implantação da UIPP no Tapanã colaborou para a diminuição do CVLI somente no primeiro ano após sua implantação. No entanto, nos anos posteriores não causou impacto positivo suficiente para redução das ocorrências desses mesmos crimes na área, bem como não conseguiu reduzir a tendência da área de apresentar índices superiores aos do município de Belém e do Estado.

Deste modo, considera-se que a UIPP foi uma providência emergencial, mas incapaz de solucionar, por si só, a questão estrutural da criminalidade violenta letal intencional na 11ª AISP, em Belém - PA.

Pelos dados observados o homicídio mostrou-se, nas séries temporais analisadas, como uma modalidade de crime que compõe do CVLI com a maior incidência na área da 11ª AISP. Observou-se ainda, que os homens jovens são as maiores vítimas dos índices de letalidade, que tende a ocorrer das 18 às 24hrs, aos finais de semana, predominantemente com o uso de arma de fogo.

3.2 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

1) Título da proposta: Promover estratégias institucionais na Secretaria de Segurança Pública que viabilize a criação de métodos de acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas de enfrentamento a violência, tais quais as Unidades Integradas PROPAZ.

Objetivo: manter uma constante avaliação da eficácia do programa UIPP, visando aperfeiçoar seu funcionamento.

Quem pode executar a proposta: Secretaria de Segurança Pública e demais secretarias de estado envolvidas.

Resultados Esperados: criação de estratégias e novos padrões de atuação institucional multivariada, que viabilizem a constante avaliação do projeto UIPP.

2) Título da proposta: Realizar Congressos, Simpósios, Seminários e Palestras com temas “Políticas de Enfrentamento a Violência” nas áreas com maiores índices criminais, visando discutir com a população diretamente atingida, as soluções para redução dos índices.

Objetivo: Construir, em parceria com a comunidade, saberes que promovam o aperfeiçoamento de estratégias de enfrentamento a violência existentes, bem como a criação de novas.

Quem pode executar a proposta: Secretaria de Segurança Pública, Academia de Polícia Civil do Estado do Pará, Órgãos Vinculados a Justiça e Segurança Pública, Universidades, faculdades e Instituições de ensinos locais, Secretarias de Educação Estadual e Municipal.

Resultados Esperados: Produção de conhecimento sobre violência e melhoramento das estratégias de enfrentamento a criminalidade baseados na interação com a comunidade.

3.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A realização deste estudo sobre as Unidades Integradas PROPAZ no Estado do Pará atingiu os objetivos delineados e observou-se a necessidade de se produzir cada vez mais estudos que tenham como objeto o enfrentamento a violência letal, que possam fomentar a elaboração de políticas de segurança públicas adequadamente voltadas para o enfrentamento da desse tipo de criminalidade.

Vale ressaltar que, em 2019, portanto fora da série temporal objeto dessa dissertação, com a troca de governo na esfera estadual, a Fundação PROPAZ, responsável pelo Projeto UIPP passou a se chamar PARAPAZ. Em 10/06/2019 foi assinado um decreto que criou o programa “Territórios pela Paz (TERPAZ)”, consistente no agrupamento das políticas públicas e programas voltados para as estratégias de prevenção social da violência, com enfoque na recuperação dos territórios de descoesão social (IOEPA, 2019)

Seria um amplo esforço do Governo Estadual para a diminuição da vulnerabilidade social e o enfrentamento das dinâmicas da violência, a partir da articulação de ações de segurança pública e ações de cidadania em sete bairros da Grande Belém: Guamá, Jurunas, Terra Firme, Benguí e Cabanagem (Belém), Icuí (Ananindeua) e Nova União (Marituba). Apesar dos elevados índices apontados no presente estudo, a área da 11ª AISP ficou, pelo menos nesse primeiro momento, de fora do TerPAz.

Sugere-se que em estudos futuros sejam avaliados os impactos da implantação desse novo projeto nos índices de criminalidade violenta nas áreas onde existem UIPP instaladas, bem como se dará a continuidade ou não do Projeto UIPP.

3.4 PRODUTO FINAL³

A partir dos resultados da pesquisa, observou-se a necessidade de uma maior aproximação entre a população socialmente vulnerável, residente nos bairros que compõe a 11ª AIPS e os órgãos de segurança pública, visando promover uma presença satisfatória do Estado na área, baseado nos princípios de uma polícia de proximidade.

Nesse sentido, elaborou-se uma cartilha a ser distribuída na área atendida pela UIPP

³ Produto submetido e aceito ao Repositório do Educapes e pode ser acessado por meio do link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568004>

Tapanã, com o objetivo de informar a comunidade acerca da sua existência, importância e serviços prestados. Nela existem informações acerca do surgimento da UIPP no Estado do Pará, bem como o endereço da UIPP Tapanã e, por fim, há uma lista dos principais números de emergência dos órgãos e serviços públicos essenciais.

Conhecendo a Unidade Integrada — PROPAZ —



Flávia Renata Rodrigues Leal
Clay Anderson Nunes Chagas
2020

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós Graduação em Segurança Pública
 Resolução Nº 4.800, de 27/04/2016

SUPERVISÃO

Clay Anderson Nunes Chagas

ROTEIRO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Flávia Renata Rodrigues Leal – rleal_flavia@hotmail.com

ILUSTRAÇÃO

Edson Redivan - praxisarte@hotmail.com

COMO REFERENCIAR ESTA OBRA

LEAL, Flávia Renata Rodrigues; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Conhecendo a Unidade Integrada ProPaz**. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil, 2020.



AGRADECIMENTOS

Somos gratos ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SUMÁRIO

Apresentação	03
O que é a UIPP?	04
Serviços à disposição da população na UIPP	05
A UIPP Tapanã	06
Números de emergência	07

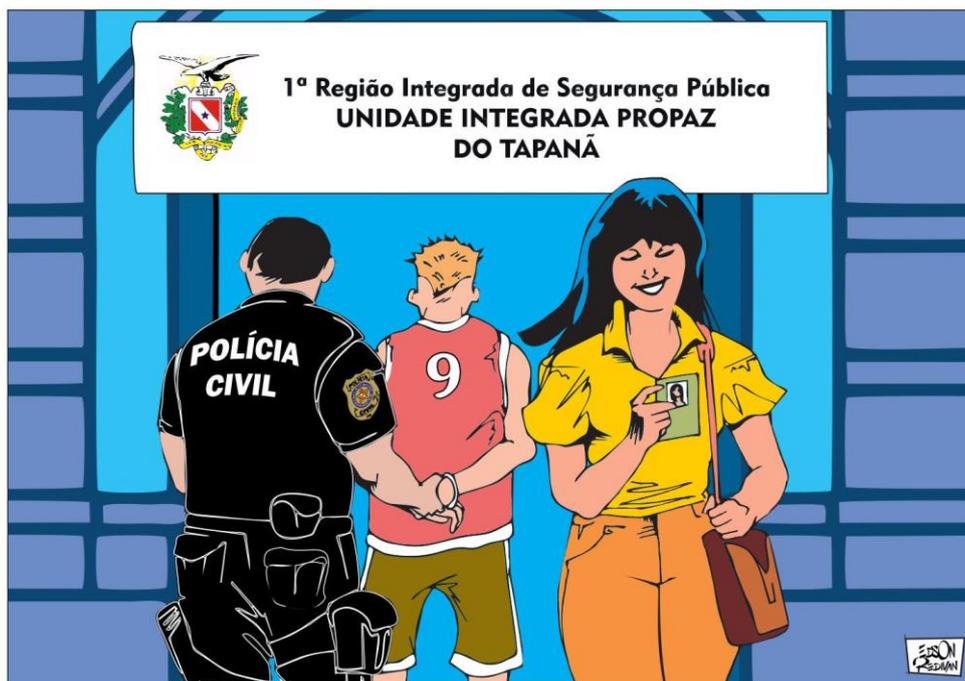
APRESENTAÇÃO

Esta cartilha nasceu do estudo realizado no mestrado do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública da UFPA sobre as contribuições das Unidades Integradas PROPAZ (UIPP) em Belém, especificamente na região do bairro Tapanã, no período dos anos de 2016 a 2018. O seu objetivo é informar a comunidade acerca da existência, importância e serviços prestados pela UIPP. Nela existem informações acerca do surgimento da UIPP no Estado do Pará, bem como o endereço da UIPP Tapanã. Ao final há uma lista dos principais números de emergência dos órgãos e serviços públicos essenciais.

O que é a UIPP?

• A Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) é uma unidade policial criada pelo Governo do Estado do Pará que integra serviços da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública do Estado do Pará, Núcleo de Mediação de Conflitos e Programa Pro Paz.

A primeira UIPP do Estado do Pará foi inaugurada em 2011 e sediada no bairro da Terra Firme. Os objetivos da UIPP são reduzir os índices de criminalidade e prestar melhor atendimento às necessidades básicas da população, ou seja, buscar afastar a criminalidade e aproximar a polícia da comunidade.



Serviços à disposição da população na UIPP



A UIPP une serviços de policiamento e atendimento psicossocial de referência. Assim, na UIPP os principais serviços à disposição da população são:



1) serviços de uma delegacia comum, como o registro de boletins de ocorrências,
2) mediação de conflitos,
3) emissão de carteiras de identidade,
4) espaço para reuniões com a comunidade,



5) celas com sala de reconhecimento,
6) alojamento para os servidores,
7) atendimento social a crianças e adolescentes junto com o Conselho Tutelar,



8) expedição de alvará de funcionamento a bares e restaurantes pela Polícia Administrativa,



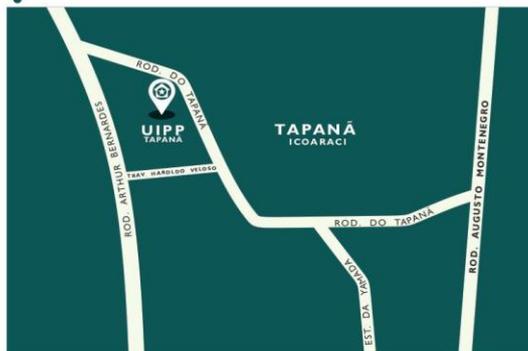
9) assistência social,
10) consultório de psicologia,
11) sala para perícia, entre outros.



Vale lembrar que menores e mulheres têm atendimento especializado!



A UIPP Tapanã



A UIPP do bairro Tapanã foi a 26ª unidade de segurança pública integrada do Estado do Pará. Criada em 2014, esta localizada na Estrada do Tapanã, nº 1486, Tapanã (Icoaraci), Belém/Pará.

O bairro do Tapanã está inserido entre as áreas com maior quantidade de homicídios do município de Belém, sendo considerado um dos locais mais perigosos da cidade.

Mudar essa realidade somente será possível com atuação conjunta da Segurança Pública – por meio da UIPP – e da comunidade. Denuncie o criminoso, mas também incentive as crianças e adolescentes a participarem das atividades profissionalizantes, lúdicas, de lazer ofertadas na unidade integrada.



**A Polícia é
sua parceira,
seu inimigo
é a violência!**

Números de Emergência

Principais telefones dos órgãos de Segurança Pública estão listados a seguir, são serviços à disposição da população 24 horas:

DISQUE 100 Denunciar qualquer violação a direitos humanos, tais como crimes contra crianças e idosos;

DISQUE 129 Disque Defensorias Públicas (tire dúvidas sobre onde e como conseguir um defensor público, procedimento e documentos necessários);

DISQUE 180 Central de atendimento à mulher no Brasil (Denuncie violência contra a mulher);

DISQUE 190 Polícia Militar;

DISQUE 193 Corpo de Bombeiros;

DISQUE 192 Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (SAMU);

DISQUE 199 Defesa Civil;



DISQUE 127 Ouvidoria do Ministério Público (denuncie crimes ambientais, contra o patrimônio público, abuso de autoridade entre outros);

DISQUE 151 Procon (tirar dúvidas sobre direitos do consumidor e fazer denúncias);

DISQUE 181 Disque denúncia (garante o anonimato de quem denunciar qualquer crime ou criminoso);

DISQUE (91) 3288-4898
UIPP do Tapanã

REFERÊNCIAS – CAPÍTULO 1

BEATO FILHO, C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 13-27, 1999.

CHAGAS, C.A.N. **Geografia da violência**. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331020987_Livro_Geografia_da_Violencia_E-book>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COELHO, Diogo; PROVENZA, Marcello. **Balanco de indicadores da política de pacificação (2007-2015)**. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacifacao2015.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CONCHA-EASTMAN, A.; MALO, M. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1179-1187, 2007.

COSTA, Márcia Regina da. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 3-12, 1999.

DIEHL, C.A; SOUZA, M.A.; DOMINGOS, L.E.C. O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: Análise do XIV Congresso Brasileiro de Custos. **SEER UFRGS**, Porto Alegre, v. 7, n. 12, 2º semestre 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, D.T.A.; MARTINS, M.A.B.; ACORSI, M.C.R.L.; JANEIRO, MV. **Estatística descritiva**. Projeto de Ensino: Aprender Fazendo Estatística. EACH-USP, 2006.

HAESBAERT, R. **Viver no limite (Rcurso eletrônico): território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção..** Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2018.

IOEPA. Instituto. Disponível em: <<http://ediario.ioepa.com.br/portal/visualizacoes/pdf/#/p:24/e:1765>>. Acesso em: 07 out. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2018. IPEA. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Atlas da Violência 2016. IPEA. Brasília/DF. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ISP. **Instituto de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.isp.rj.gov.br:4431/Conteudo.asp?ident=62>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MOREIRA, A.de; BATISTA, K.R; MORAES, L.C.de; BECKMAN, M.M.de F. **Gestão de segurança pública**: análise da segurança promovida pela implantação de uma UIPP no bairro Terra Firme em Belém – PA. 2016. Disponível em:<<http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/422/pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **World report on violence and health**. Disponível em:<https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/introduction.pdf>> Acesso em: 01 out. 2019.

PARÁ (Estado). Fundação PROPAZ. **UIPP da Terra Firme completa 7 anos e celebra parceria com comunidade, Belém, 2018**. Disponível em: <<http://www.PROPAZ.pa.gov.br/pt-br/noticia/uipp-da-terra-firme-completa-7-anos-e-celebra-parceria-com-comunidade>>. Acesso em: 07 out. 2019.

PARÁ (Estado). **Projeto de Implantação de Unidade PROPAZ (UIPP's)**. Governo do Estado do Pará, 2011.

Pará (Estado). Secretaria de Segurança Pública do Pará. Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal. Governo do Estado do Pará, Belém, 2019.

PARÁ (Estado). Unidade Integrada PROPAZ (UIPP): Modelo de integração polícia e comunidade para a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado do Pará. **7º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Cuiabá/MT, 2013.

PARAÍBA (Estado). **Metodologia de contagem de Crimes Violentos Letais Intencionais**: Secretaria da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: Secretaria de Estado da Comunicação Institucional, 2013. p.01. Disponível em <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/folha-da-seguranca/folha_da_seguranca_ed1.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEIXOTO, Betânia Totino; LIMA, Renato Sérgio de; DURANTE, Marcelo Ottoni. **Metodologias e criminalidade violenta no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 13-21, 2004.

PEREIRA, Bernardo Augusto da Costa; SILVA, Lorena Mesquita. **Violência urbana e políticas públicas de segurança**: a realidade do programa propaz no bairro da Terra-firme em belém/PA-brasil.

PICKERING, V.L. **Prisão e violência**: uma análise do aprisionamento do sujeito contemporâneo. São Paulo: PUC. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. In: **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cadernos Metr pole**, v. 20, n.43, p. 905-924, 2018.

SANTANA, Alexandro Napoleão; GUIMARÃES, Jarsen Luis Castro. A Unidade Integrada PROPAZ (UIPP) como novo paradigma da segurança pública no estado do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 13, n.1, p. 95-113, 2019.

SILVA, Juliana Maciel da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **A dinâmica espaço-temporal da taxa de homicídio na 7^a e 9^a área de Integra o em Segurança Pública – AISP na cidade de Belém-Pará**. p. 343-362, 2016. In: ALMEIDA; Sílvia dos Santos de; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Segurança Pública, Gestão, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informa o. 1. ed., Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2016.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Os donos do morro: uma avalia o exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. 2015.

SOUZA, M.L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militariza o da questão urbana**, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/366621185/Marcelo-Lopes-de-Souza-Fobopole-o-medo-generalizado-e-a-militarizac-a-o-da-questa-o-urbana>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 – OFÍCIO SOLICITAÇÃO DADOS SIAC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Belém, 13 de Março de 2018

OFÍCIO Nº 017/2018-PPGSP

Sr. Cel. PM

Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal – SIAC

Hugo Alexandre Santos Regateiro

Assunto: Solicitação de Recorte de Dados.

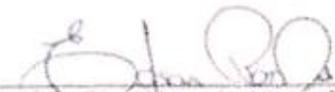
Prezado Senhor,

O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará cumprimenta vossa excelência e, na oportunidade, apresenta a discente **Ildean Lopes de Lima**, regularmente matriculado neste Programa de Pós-Graduação, área de concentração em Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal, na linha de pesquisa Conflitos, Criminalidade e Tecnologias da Informação, sob a Orientação do Prof. Dr. Edson Marcos Leal Ramos.

O objetivo do presente é solicitar a vossa excelência autorização para que o discente acima possa proceder à pesquisa documental neste Órgão, em especial, acessando informações sobre **Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, morte decorrente de intervenção policial (em serviço e fora de serviço), Locais: bairros do Tapanã, Pratinha I e Pratinha II e São Clemente, Belém (Capital) e Estados do Pará. No período de 2011 a 2017.** Estas informações irão viabilizar a realização de um artigo referente a disciplina Métodos Estatísticos Aplicado a Segurança Pública, ministrada pela Profa. Dra. Sílvia dos Santos Almeida do referido discente e favorecerão a elaboração de futuras Políticas Públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando vossa senhoria e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coordenador – PPGSP/UFP
Portaria Nº 1726/2017 - Reitoria

ANEXO 2 - NORMAS DA INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH

ISSN 2230-9926

Qualis A2

Instructions for Authors

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** publishes high-quality solicited and unsolicited articles, in English, in all areas of the subject. The journal welcomes the submission of manuscripts that meet the general criteria of significance and academic excellence. All articles published in IJDR will be peer-reviewed. Papers will be published in the next issue of the journal after acceptance.

The **International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926)** will be published monthly (one volume; 12 Issues per year) by Academe Research Journals.

Electronic submission of manuscripts is strongly encouraged, provided that the text, tables, and figures are included in a single Microsoft Word file (preferably in Arial font).

Submit manuscripts as e-mail attachment to the Editorial Office at:

journalijdr.editor@gmail.com, researchijdr@yahoo.com

A manuscript number will be e-mailed to the corresponding author same day or within 72 hours.

The **cover letter** should include the corresponding author's full address and telephone numbers and should be in an e-mail message sent to the Editor, with the file, whose name should begin with the first author's surname, as an attachment. The authors may also suggest two to five reviewers for the manuscript (IJDR may designate other reviewers).

The International Journal of Development Research (IJDR) (ISSN 2230-9926) will only accept manuscripts submitted as e-mail attachments.

Article Types Three types of manuscripts may be submitted:

Regular articles: These should describe new and carefully confirmed findings, and experimental procedures should be given in sufficient detail for others to verify the work. The length of a full paper should be the minimum required to describe and interpret the work clearly.

Short Communications: A Short Communication is suitable for recording the results of complete small investigations or giving details of new models or hypotheses, innovative methods, techniques or apparatus. The style of main sections need not conform to that of full-length papers. Short communications are 2 to 4 printed pages (about 6 to 12 manuscript pages) in length.

Review: Submissions of reviews and perspectives covering topics of current interest are welcome and encouraged. Reviews should be concise and no longer than 4-6 printed pages (about 12 to 18 manuscript pages). Reviews manuscripts are also peer-reviewed.

Regular articles

All portions of the manuscript must be typed double-spaced and all pages numbered starting from the title page.

The **Title** should be a brief phrase describing the contents of the paper. The Title Page should include the authors' full names and affiliations, the name of the corresponding author along with phone, fax and E-mail information. Present addresses of authors should appear as a footnote.

The **Abstract** should be informative and completely self-explanatory, briefly present the topic, state the scope of the experiments, indicate significant data, and point out major findings and conclusions. The Abstract should be 100 to 200 words in length. Complete sentences, active verbs, and the third person should be used, and the abstract should be written in the past tense. Standard nomenclature should be used and abbreviations should be avoided. No literature should be cited.

Following the abstract, about 3 to 10 **key words** that will provide indexing references to should be listed. A list of non-standard **Abbreviations** should be added. In general, non-standard abbreviations should be used only when the full term is very long and used often. Each abbreviation should be spelled out and introduced in parentheses the first time it is used in the text. Only recommended SI units should be used.

The **Introduction** should provide a clear statement of the problem, the relevant literature on the subject, and the proposed approach or solution. It should be understandable to colleagues from a broad range of scientific disciplines.

Materials and methods should be complete enough to allow experiments to be reproduced. However, only truly new procedures should be described in detail; previously published procedures should be cited, and important modifications of published procedures should be mentioned briefly. Capitalize trade names and include the manufacturer's name and address. Subheadings should be used. Methods in general use need not be described in detail.

Results should be presented with clarity and precision. The results should be written in the past tense when describing findings in the authors' experiments. Previously published findings should be written in the present tense. Results should be explained, but largely without referring to the literature. Discussion, speculation and detailed interpretation of data should not be included in the Results but should be put into the Discussion section.

The **Discussion** should interpret the findings in view of the results obtained in this and in past studies on this topic. State the conclusions in a few sentences at the end of the paper. The Results and Discussion sections can include subheadings, and when appropriate, both sections can be combined.

The **Acknowledgments** of people, grants, funds, etc should be brief.

Tables should be kept to a minimum and be designed to be as simple as possible. Tables are to be typed double-spaced throughout, including headings and footnotes. Each table should be on a separate page, numbered consecutively in Arabic numerals and supplied with a heading and a legend. Tables should be self-explanatory without reference to the text. The details of the methods used in the experiments should preferably be described in the legend instead of in the text. The same data should not be presented in both table and graph form or repeated in the text.

Figure legends should be typed in numerical order on a separate sheet. Graphics should be prepared using applications capable of generating high resolution GIF, TIFF, JPEG or PowerPoint before pasting in the Microsoft Word manuscript file. Tables should be prepared in Microsoft Word. Use Arabic numerals to designate figures and upper case letters for their parts (Figure 1). Begin each legend with a title and include sufficient description so that the figure is understandable without reading the text of the manuscript. Information given in legends should not be repeated in the text.

References: In the text, a reference identified by means of an author's name should be followed by the date of the reference in parentheses. When there are more than two authors, only the first author's name should be mentioned, followed by 'et al'. In the event that an author cited has had two or more works published during the same year, the reference, both in the text and in the reference list, should be identified by a lower case letter like 'a' and 'b' after the date to distinguish the works.

Examples:

Abayomi (2000), Agindotan et al. (2003), (Kelebeni, 1983), (Usman and Smith, 1992), (Chege, 1998; Chukwura, 1987a, b; Tijani, 1993, 1995), (Kumasi et al., 2001)

References should be listed at the end of the paper in alphabetical order. Articles in preparation or articles submitted for publication, unpublished observations, personal communications, etc. should not be included in the reference list but should only be mentioned in the article text (e.g., A. Kingori, University of Nairobi, Kenya, personal communication). Journal names are abbreviated according to Chemical Abstracts. Authors are fully responsible for the accuracy of the references.

Examples:

Ogunseitán OA (1998). Protein method for investigating mercuric reductase gene expression in aquatic environments. *Appl. Environ. Microbiol.* 64:695–702.

Gueye M, Ndoeye I, Dianda M, Danso SKA, Dreyfus B (1997). Active N₂ fixation in several *Faidherbia albida* provenances. *Ar. Soil Res. Rehabil.* 11:63-70.

Charnley AK (1992). Mechanisms of fungal pathogenesis in insects with particular reference to locusts. In: Lomer CJ, Prior C (eds) *Biological Controls of Locusts and Grasshoppers: Proceedings of an international workshop held at Cotonou, Benin.* Oxford: CAB International, pp 181-190.

Mundree SG, Farrant JM (2000). Some physiological and molecular insights into the mechanisms of desiccation tolerance in the resurrection plant *Xerophyta viscosa* Baker. In Cherry et al. (eds) *Plant tolerance to abiotic stresses in Agriculture: Role of Genetic Engineering*, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, pp 201-222.

Babalola OO (2002). Interactions between *Striga hermonthica* (Del.) Benth. and fluorescent rhizosphere bacteria Of *Zea mays*, L. and *Sorghum bicolor* L. Moench for *Striga* suicidal germination In *Vigna unguiculata* . PhD dissertation, University of Ibadan, Ibadan, Nigeria.

Short Communications

Short Communications are limited to a maximum of two figures and one table. They should present a complete study that is more limited in scope than is found in full-length papers. The items of manuscript preparation listed above apply to Short Communications with the following differences: (1) Abstracts are limited to 100 words; (2) instead of a separate Materials and Methods section, experimental procedures may be incorporated into Figure Legends and Table footnotes; (3) Results and Discussion should be combined into a single section.

Proofs and Reprints: Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be

made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published freely online, authors will have free electronic access to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles.

Copyright: Submission of a manuscript implies: that the work described has not been published before (except in the form of an abstract or as part of a published lecture, or thesis); that it is not under consideration for publication elsewhere; that if and when the manuscript is accepted for publication, the authors agree to automatic transfer of the copyright to the publisher.

Proofs, Reprints and manuscript charges

Electronic proofs will be sent (e-mail attachment) to the corresponding author as a PDF file. Page proofs are considered to be the final version of the manuscript. With the exception of typographical or minor clerical errors, no changes will be made in the manuscript at the proof stage. Because IJDR will be published online, authors will have free electronic access to the full text (PDF) of the article. Authors can freely download the PDF file from which they can print unlimited copies of their articles. There is no charge for the processing of paper but author(s) of each accepted paper is required to pay the publication charge which is very nominal fees. The fees depends upon the number of pages, number of authors, images etc. Before the accepted paper is published we will intimate the fees in the acceptance letter.

ANEXO 3 - NORMAS DA REVISTA ANÁLISE SOCIAL

ISSN 0003-2573

Qualis A1

Escopo e política

A *Análise Social* é a principal revista portuguesa em ciências sociais e na área dos estudos sobre Portugal. Durante mais de meio século, a revista manteve o seu cariz inovador devido à capacidade para atrair trabalhos que resultam de investigação de topo, tanto teórica como empiricamente, e à originalidade e importância dos temas abordados.

A *Análise Social* é uma revista multidisciplinar, especializada nas áreas da Sociologia, da História, da Antropologia, da Ciência Política e Psicologia Social. Dá prioridade à publicação de artigos que em cada uma destas áreas:

- Apresentem investigação empírica baseada em formulações e modelos teóricos;
- Desenvolvam novos métodos de análise e investigação;
- Usem conceitos heurísticos para a interpretação da realidade;
- Contenham implicações teóricas da investigação empírica;
- Contribuam para o desenvolvimento de perspectivas comparadas sobre os temas estudados.

Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, a *Análise Social* está aberta à publicação de artigos sobre outras regiões especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

A *Análise Social* é publicada quatro vezes por ano, está indexada no SciELO/Portugal e tem um rigoroso sistema de arbitragem científica.

A *Análise Social* encoraja o envio de propostas de artigos nas suas quatro áreas de especialização

Forma e preparação de manuscritos

1. A *Análise Social* é uma revista que publica trabalhos académicos originais e relevantes na área das ciências sociais. Aceita para avaliação (i) artigos de fundo até um limite de 9 000 palavras; (ii) artigos integrados em dossiês temáticos, até um máximo de quatro, com um limite de 7000 palavras cada; (iii) ensaios bibliográficos até 6000 palavras. A revista publica também resenhas até 1500 palavras, bem como, a título excepcional, entrevistas e obituários. Aceita-se o envio de obras para resenha.

2. Os trabalhos podem ser propostos em português e inglês.

3. O Conselho de Redação examina os trabalhos enviados tendo em vista a sua adequação à revista. Após este processo de triagem, os artigos são enviados para avaliação a dois revisores externos, em regime de duplo anonimato. Apenas serão publicados os artigos e ensaios bibliográficos que forem aprovados através deste sistema de avaliação. Todas as recensões serão avaliadas por um editor responsável, de acordo com a área temática em que se enquadrem.

4. O conteúdo dos trabalhos é da responsabilidade dos seus autores e não do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ou da Direção da revista.

5. Os trabalhos devem ser enviados em ficheiro Word, por correio eletrónico, para analise.social@ics.ul.pt. Os livros para recensão devem ser enviados para: Marta Castelo Branco, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa.

6. Os trabalhos devem conter sempre na primeira página o nome do autor, a sua filiação institucional, endereço eletrónico e endereço postal. Os artigos de fundo, os artigos de dossiê e os ensaios bibliográficos devem ser também acompanhados de um resumo de 100 palavras e de quatro palavras-chave na língua em que estão escritos e em inglês.

7. Todas as informações explícitas referente ao autor, como auto-citações ou referências a trabalhos anteriores, devem ser feitas de forma impessoal (e.g.: Autor 1999) tanto no corpo do texto, como na bibliografia final, de forma a garantir o sistema de anonimato.

8. As notas de rodapé são numeradas. Todos os quadros, figuras, imagens e mapas são numerados e identificados por um título, sendo colocados no final do texto, tendo este a indicação dos locais onde devem ser inseridos. A bibliografia é colocada depois dos quadros e deverá conter apenas as obras referenciadas, ordenadas alfabeticamente.

9. As citações e referências a autores seguem as normas seguintes: (Pinto, 2002), quando se reporta a uma obra ou aspeto da mesma em geral; (Pinto, 2002, pp. 32-33), quando se refere a um aspeto em concreto ou se faz uma citação; Pinto (2002a) quando cita mais do que uma obra do autor e ano; Pinto e Ferreira (2003) e Pinto, Ferreira e Sousa (2003), quando se refere a uma obra com dois ou três autores; Pinto *et al.* (2002), quando se citam obras com mais do que três autores.

10. Critérios de citação:

- Livros

PINTO, J. M. (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares e Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento.

- Colectâneas

PROSSER, J. (ed.) (2000), *Image-Based Research — A Sourcebook for Qualitative Researchers*, Londres, Routledge and Falmer Press.

- Artigos em colectâneas

EISENSTADT, S. N. (2005), “Axial civilizations and the Axial Age reconsidered”. In J. P. Arnason, S. N. Eisenstadt, B. Wittrock (eds.), *Axial Civilizations and World History*, Leiden, Brill, pp. 531-564.

- Artigos em revistas

PARR, J. B. (2004), “The polycentric urban region: a closer inspection”. *Regional Studies*, 38 (3), pp. 231-240.

- Publicações online

COFFEY, A., HOLBROOK, B., ATKINSON, P. (1996), “Qualitative data analysis: technologies and representations”. *Sociological Research Online*, 1(1), Disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/1/4.html>, [consultado em 31-1-2006].

- Teses

FIDALGO, J. M. (2006), *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*. Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

- Clássicos

ESPINOSA, B. (1988 [1670]), *Tratado Teológico-Político* (trad. D. P. Aurélio), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

11. Os autores conferem à Análise Social o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão uma separata em formato digital e um exemplar impresso da revista.

ANEXO 4 – COMPROVANTE SUBMISSÃO ARTIGO CIENTÍFICO 1

INTERNATIONAL JOURNAL OF DEVELOPMENT RESEARCH		INVOICE
 <p>Dr. T. MANIKANDAN Managing Editor Sorappur, Valluvar Street, Veeranam Post, Villupuram Taluka, Pin: 605 106, Tamilnadu, India Web: journalijdr.com; Email: journalijdr.editor@gmail.com WHATSAPP NUMBER: 0091 9150501534</p>		<p>INVOICE: 18773 DATE: APRIL 24, 2020</p>

To:	ADDRESS:
Flávia Renata Rodrigues Leal,	Rodovia Augusto Montenegro, nº 3600, Residencial Park Ville, lote 715, Bairro Parque Guajará, Belém, CEP 66821000 Email id: rleal_flavia@hotmail.com

Respected Sir/Madam

Congratulation!!! We are pleased to inform you that your manuscript entitled "ANALYSIS OF INTENTIONALLETHAL VIOLENT CRIMES IN THE PPIU AREA OF TAPANĀ IN BELÉM-PARÁ-BRAZIL" has been accepted for Publication in International Journal of Development Research. We cover the costs partially through article processing fees. Our expenses are split among editorial costs, electronic composition and production, journal information system, manuscript management system, electronic archiving, overhead expenses, and administrative costs. Moreover, we are providing research paper publishing in minimum available cost.

Article Manuscript Number	Article Title	Processing fees (USD)	TOTAL (USD)
IJDR-18713	Analysis of IntentionalLethal Violent Crimes in the PPIU area of Tapanā in Belém-Pará-Brazil	150	150
TOTAL			150
TOTAL DUE			150

BANK ACCOUNT PARTICULARS						
AXIS BANK ACCOUNT						
Name	Account Number	Account Holder Address	Name of the Bank	Bank branch code	Swift Code	IFSC Code
GAYATHRI MANIKANDAN	916020040596217	Valluvar Street, Sorappur, Veeranam Post, Villupuram Taluk, Pin: 605106, Tamilnadu, India	AXIS BANK	467	AXISINBBA19	UTIB0000467
BANK ADDRESS: Ravindran Arcade, Trichy road, Villupuram, Tamil Nadu, India						

(OR)

PAYPAL MONEY TRANSFER

Email Id: dr.mani_2011@yahoo.com

Address: Valluvar Street, Sorappur, Veeranam post, Villupuram Taluk, Pin: 605 106, Tamilnadu, India

(OR)

WESTERN UNION MONEY TRANSFER (OR) MONEY GRAM (OR) RIA MONEY TRANSFER (OR) XPRESS MONEY TRANSFER

Receiver Name: *Selvi Janakiraman,*

Receiver address: *38, East Street, Pandasozhanallur, Pondicherry, Pondicherry-605106.*

(If you like transfer the payment through western union, Please send the MTCN number and payment receipt through Whatsapp or email to the following

Whatsapp Number: 0091 9150501534; Email: journalijdr.editor@gmail.com

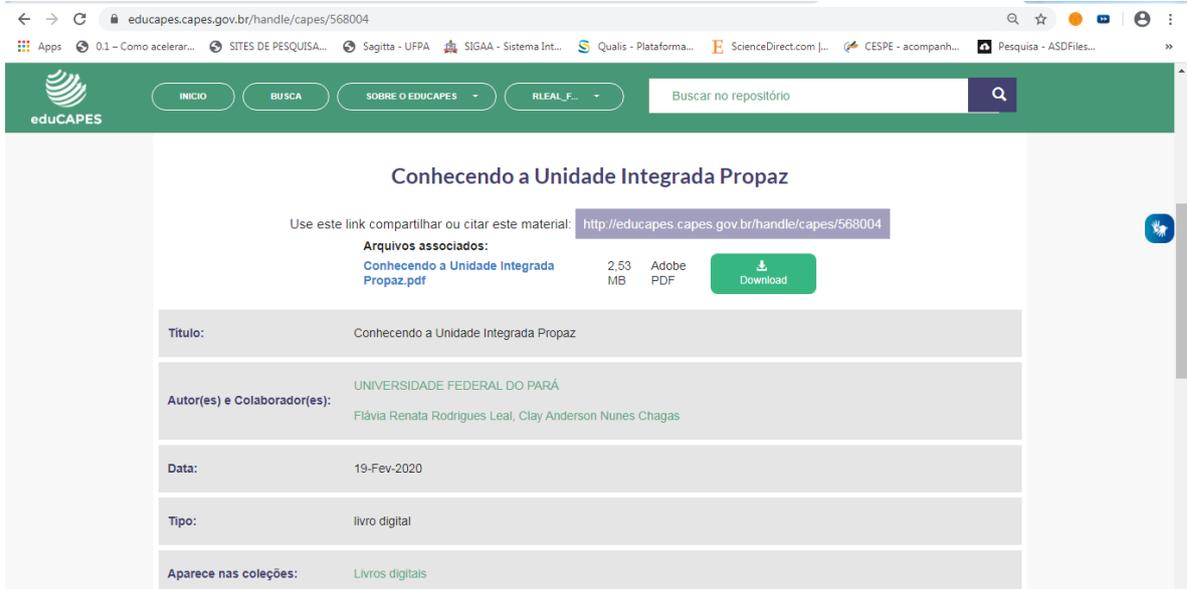
After transferred the payment please inform us of your article manuscript number and MTCN Number)

The submitted papers will be published only after successful payment of publishing charges. Send scan copy of the deposited receipt (or) Confirmation receipt. Hope to get more papers from you and your colleagues. If you have any questions concerning this invoice, contact the email: journalijdr.editor@gmail.com, researchijdr@yahoo.com, WhatsApp: 00917708536983


Managing Editor

Thank you for your Co-operation

ANEXO 5 – COMPROVANTE SUBMISSÃO E ACEITAÇÃO DO PRODUTO DA PESQUISA AO REPOSITÓRIO EDUCAPES



The screenshot shows a web browser window displaying the eduCAPES repository page for the document 'Conhecendo a Unidade Integrada Propaz'. The browser's address bar shows the URL 'educapes.capes.gov.br/handle/capes/568004'. The page features a green header with the eduCAPES logo and navigation buttons for 'INICIO', 'BUSCA', 'SOBRE O EDUCAPES', and 'REAL_F...'. A search bar is also present. The main content area displays the document title, a sharing link, and a download button. Below this, a table lists the document's metadata.

Use este link para compartilhar ou citar este material: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568004>

Arquivos associados:
[Conhecendo a Unidade Integrada Propaz.pdf](#) 2,53 MB Adobe PDF [Download](#)

Título:	Conhecendo a Unidade Integrada Propaz
Autor(es) e Colaborador(es):	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ Flávia Renata Rodrigues Leal, Clay Anderson Nunes Chagas
Data:	19-Fev-2020
Tipo:	livro digital
Aparece nas coleções:	Livros digitais